



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CAMPUS DE ITAPECURU - MIRIM  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

**PAULO VITOR COSTA BEZERRA**

**MARCAS DE ORALIDADE EM REDAÇÕES DO ENEM 2018**

**PAULO VITOR COSTA BEZERRA**

**MARCAS DE ORALIDADE EM REDAÇÕES DO ENEM 2018**

Monografia apresentada ao Curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Campus de Itapecuru - Mirim, como requisito para obtenção do título de licenciado.

Orientador: Professor Esp. Gercivaldo Vale Peixoto.

Itapecuru Mirim  
2019

**PAULO VITOR COSTA BEZERRA**

**MARCAS DE ORALIDADE EM REDAÇÕES DO ENEM 2018**

Monografia apresentada ao Curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Campus de Itapecuru - Mirim, como requisito para obtenção do título de licenciado.

Orientador: Professor Esp. Gercivaldo Vale Peixoto.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2019

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Esp. Gercivaldo Vale Peixoto (Orientador)  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA

---

2º Examinador  
Prof. Me. Manoel Rosa

---

3º Examinador  
Prof. Me. Maxhemyliano Silva Marques

A Deus pela vida, força e sabedoria para continuar essa batalha, à minha família, principalmente a minha mãe, Simôa, pelo constante apoio; aos meus irmãos, aos docentes que contribuíram para meu desenvolvimento como profissional e sem deixar também de citar todos os colegas que foram feitos durante esse tempo.

## AGRADECIMENTOS

Após todo esse tempo de luta e dedicação, não poderia deixar de agradecer aos meus familiares, mãe, pai (*in memoriam*, embora não esteja mais aqui, presenciou o início de mais uma batalha), meus irmãos pela força e por tantas vezes terem aceitado minha ausência entre os encontros de família, por saber da minha missão a ser cumprida. Agradecer também aos meus colegas de turma, dizer que durante esses anos, compartilhamos sonhos, desejos, frustrações, mas além de tudo, as conquistas, inclusive esta que estamos vivenciando agora.

A Universidade Estadual do Maranhão, por ter contribuído com minha formação profissional, a todos os meus professores que dedicaram seu tempo, abdicaram de seus familiares para estar conosco. Não poderia esquecer de agradecer as escolas João da Silva Rodrigues e Wady Fiquene pela oportunidade de me aceitar como estagiário e permitir que a práxis docente fizesse sentido em minha vida, bem como todos os seus colaboradores, em especial, a prof. Islane Mendes, que nas duas instituições me ajudou e me deu os direcionamentos pertinentes.

Ao meu professor e orientador Gercivaldo Peixoto, pela paciência, competência e dedicação em meu TCC e pela preocupação em ter contribuído para meu sucesso. Tenho agradecimentos especiais também a três pessoas que estiveram comigo ao longo desses quatro anos, pessoas com quem dividi as melhores alegrias, as melhores notas, as melhores apresentações, mas as mais ruins também, afinal ninguém é perfeito!

Então, Leandro de Assis, Tatiane da Conceição Marques e Valmir Garrido, obrigado por fazerem parte desse momento tão primordial na minha vida, vocês são muito bons no que fazem, cada um com sua peculiaridade, um mais lento que o outro, um mais agoniado e estressado que o outro, mas no final tudo dava certo.

Agradeço a todos por terem me entendido e permitido direta ou indiretamente que não caminhasse sozinho em busca de mais um objetivo. Porém, existe um ser em especial e acima de tudo e de todos, que também merece o reconhecimento da minha vitória, Deus (meu único Senhor e Salvador), ele que me concedeu o melhor presente que existe, a vida, e me presenteou também com os dons da sabedoria, da determinação, da atitude em não desistir da luta, embora tivesse muitos desafios a serem ultrapassados, o que fez com que tudo tenha valido a pena.

Carinhosamente, meu muito obrigado a todos!

A distinção que se faz entre linguagem, língua e fala tem caráter meramente didático, uma vez que esses três conceitos revelam aspectos diferentes de um processo amplo, que é o da comunicação humana.

Ernani Terra

## RESUMO

Esta monografia visa identificar as marcas de oralidades presentes em textos dissertativos-argumentativos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2018, focalizando em marcas como inadequações morfossintáticas e fonético-fonológicas, subjetividade, diálogo com o leitor, repetições e gírias. Para isso, foram analisadas 30 redações do Enem 2018 que teve como tema, 'Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet', com o objetivo de analisar se todas as redações investigadas no *corpus* apresentam tais marcas. A pesquisa encontra-se inserida na área da linguística e na subárea da sociolinguística, por tratar de assuntos relacionados ao processo de comunicação oral e escrito, uma vez que a comunicação oral é desenvolvida no contexto social e que a escrita em muitos casos pode ser planejada, a fim de atender as formalidades gramaticais (sendo esta normativa), nesse caso, em produções textuais do Enem. Com isso, para desenvolver a discussão do objeto de investigação, os estudos foram baseados em referenciais teóricos elaborados por autores que tratam desse escopo, a saber: Koch e Elias (2018), Terra (2018), Marcuschi (2008), Coelho *et al* (2015), Travaglia (2009), Cartilha do participante de Enem (2018), Manual de avaliadores oficiais de redações do Enem (2019); entre outros. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é identificar as marcas de oralidade empregadas pelos candidatos do Enem, na escrita de seus textos dissertativos-argumentativos, pois, de acordo com a gramática normativa, a presença desses marcadores são proibidos nesse tipo de produção textual. Por fim, pode-se constatar, após as análises das redações, que todos os textos lidos para essa monografia apresentam alguma marca de oralidade de acordo com as categorias determinadas, demonstrando que mesmo diante de uma proposta de produção textual mais rígida, os candidatos expõem marcas de seu cotidiano diante da escrita formal exigida pela norma.

**Palavras-chave:** Texto Oral. Texto Escrito. Marcas de Oralidade. ENEM.

## **ABSTRACT**

This monograph aims to identify the marks of orality present in dissertative-argumentative texts of the 2018 National High School Exam (ENEM), focusing on marks such as morphosyntactic and phonetic-phonological inadequacies, subjectivity, dialogue with the reader, repetitions and slang. For this, 30 essays of Enem 2018 were analyzed, whose theme was 'Manipulation of user behavior through data control on the Internet', in order to analyze whether all the essays investigated in the corpus have such marks. The research is inserted in the area of linguistics and the subarea of sociolinguistics, as it deals with issues related to the oral and written communication process, since oral communication is developed in the social context and writing can in many cases be planned, in order to meet the grammatical formalities (this being normative), in this case, in Enem's textual productions. Thus, to develop the discussion of the object of investigation, the studies were based on theoretical references developed by authors dealing with this scope, namely: Koch and Elias (2018), Terra (2018), Marcuschi (2008), Coelho et al. (2015), Travaglia (2009), Enem Participant Primer (2018), Enem Editorial Writers Manual (2019); among others. In this sense, the objective of this paper is to identify the oral marks employed by Enem candidates in the writing of their dissertative-argumentative texts, since, according to normative grammar, the presence of these markers is prohibited in this type of textual production. Finally, it can be seen, after the analysis of the essays, that all texts read for this monograph have some orality mark according to the determined categories, demonstrating that even in the face of a more rigid textual production proposal, the candidates expose marks of their daily life before the formal writing required by the norm.

Keywords: Oral Text. Written Text. Orality Marks. ENEM.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> Aspectos dos pontos gramaticais .....	<b>19</b>
<b>FIGURA 2:</b> Quadro de competências do ENEM .....	<b>29</b>
<b>FIGURA 3:</b> Níveis da competência I .....	<b>32</b>
<b>FIGURA 4:</b> Quadro de desvios .....	<b>33</b>
<b>FIGURA 5:</b> Níveis da competência IV .....	<b>36</b>
<b>FIGURA 6:</b> Sistemas linguísticos .....	<b>46</b>
<b>FIGURA 7:</b> Representação do significado e do significante .....	<b>46</b>
<b>FIGURA 8:</b> Ciclo tridimensional .....	<b>57</b>
<b>FIGURA 9:</b> Quadro dos pronomes .....	<b>66</b>
<b>FIGURA 10:</b> Quadro esquemático da coesão referencial e sequencial .....	<b>69</b>

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1:</b> Redação 26 .....	<b>60</b>
<b>IMAGEM 2:</b> Redação 26 .....	<b>62</b>
<b>IMAGEM 3:</b> Redação 16 .....	<b>63</b>
<b>IMAGEM 4:</b> Redação 29 .....	<b>64</b>
<b>IMAGEM 5:</b> Redação 9 .....	<b>67</b>
<b>IMAGEM 6:</b> Redação 13 .....	<b>67</b>
<b>IMAGEM 7:</b> Redação 3 .....	<b>69</b>
<b>IMAGEM 8:</b> Redação 15 .....	<b>70</b>
<b>IMAGEM 9:</b> Redação 6 .....	<b>71</b>
<b>IMAGEM 10:</b> Redação 21 .....	<b>72</b>
<b>IMAGEM 11:</b> Redação 24 .....	<b>73</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> Distinção entre língua e fala .....	<b>39</b>
<b>TABELA 2:</b> Dicotomia Saussuriana entre língua e fala .....	<b>45</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. GRAMÁTICA, PARA QUÊ CONHECÊ-LA?.....</b>	<b>17</b>
2.1 Para entender as gramáticas normativa, descritiva e funcional .....	20
2.2 A gramática do ENEM .....	22
<b>3. A REDAÇÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: amada ou odiada? .....</b>	<b>24</b>
3.1 As competências exigidas .....	27
3.2 A gramática normativa e as competências I e IV: o elo ideal .....	30
<b>4. AS MARCAS DE ORALIDADE SOB A ÉGIDE DA ORALIDADE E ESCRITA. ....</b>	<b>38</b>
4.1 Leitura e produção textual .....	41
4.2 A sociolinguística sociofuncionalista e a influência nas marcas de oralidades...44	
<b>5. METODOLOGIA .....</b>	<b>50</b>
5.1 As redações analisadas .....	51
5.2 A triangulação dos dados: a teoria sociolinguística, a gramática normativa e as redações.....	53
5.3 A análise tridimensional.....	56
<b>6. ANÁLISE: as marcas de oralidade sob o viés analítico do <i>corpus</i>.....</b>	<b>59</b>
6.1 Inadequações morfossintáticas e fonético-fonológicos .....	59
6.2 Subjetividade .....	65
6.3 Conversa com o leitor .....	66
6.4 Repetições .....	68
6.5 Gírias.....	71
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>ANEXOS</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa, assim como vários outros idiomas no mundo, é regida por normas que regulam o padrão da língua escrita, ou seja, as regras descritas na gramática normativa expõem normas de bom uso da língua, para falar e escrever bem. Na educação básica (ensino fundamental e médio) os estudantes deveriam adquirir competências e habilidades para utilizar essas regras nas produções textuais, a fim de diferenciar a forma coloquial da culta (exigida pela língua portuguesa).

Nesse sentido, o uso da linguagem representa mais do que saber falar e escrever, pois, é através do convívio social que se adquire a comunicação, o que possibilita a relação entre as pessoas. Assim, a língua oralizada (falada) é inata ao ser humano, enquanto a escrita é herdada das manifestações sociais e culturais, sendo esta evidenciada – sobretudo – nas escolas. Logo, observa-se que a comunicação dar-se-á, principalmente, por via da escrita e da fala, cada uma com suas características próprias.

No entanto, mesmo com o desenvolvimento da linguagem, seja ela escrita ou oral, no convívio social ou escolar, as pessoas ainda apresentam dificuldades em utilizar a forma padrão da língua. Textos científicos como: dissertações, teses, ou até mesmo redações escolares, exigem o uso e o domínio da gramática normativa. Porém, desde as séries iniciais, os discentes expõem dificuldades na produção desses tipos de textos, exibindo escritas com a presença de marcas de oralidade.

Quando “a criança chega à escola, já domina a língua falada. Ao entrar em contato com a escrita, precisa adequar-se às exigências dela, o que não é tarefa fácil. [...] É por essa razão que apresentam marcas de oralidades” (KOCH E ELIAS, 2018, p. 18). Caso essas marcas não sejam minimizadas ao longo do ensino fundamental, esse vício refletirá na escrita dos estudantes no ensino médio, período em que estão se preparando para os vestibulares.

Para tanto, quando se fala em vestibular, pode-se mencionar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que, desde 1998, testa por meio de provas, dentre elas de produção textual, o domínio de competências linguísticas adquiridas ao longo dos anos pelo candidato, que deve seguir as exigências impostas pela gramática normativa, uma vez que ela não permite o uso de desvios ou marcas de oralidades na sua escrita formal.

A cartilha de redações do Enem (2018, p. 12), esclarece que, em relação à construção sintática, deve-se estruturar as orações e os períodos de um texto sempre buscando garantir que eles estejam completos e contribuam para a fluidez da leitura. Quanto a esses desvios, o estudante deve estar atento a aspectos como convenções da escrita – acentuação, ortografia, separação silábica, uso do hífen e uso de letras maiúsculas e minúsculas; gramaticais – concordância verbal e nominal, flexão de nomes e verbos, pontuação, regência verbal e nominal, colocação pronominal, pontuação e paralelismo; escolha de registro – adequação à modalidade escrita formal, isto é, ausência de uso de registro informal e/ou de marcas de oralidade e; escolha vocabular – emprego de vocabulário preciso, o que significa que as palavras selecionadas são usadas em seu sentido correto e são apropriadas para o texto.

Desta forma, a presente pesquisa tem como principal objetivo analisar como o referido tema é abordado pelos estudiosos e como é encontrado nas redações do Enem de 2018, uma vez que os estudos sobre as marcas de oralidades são mais discutidos em produções do ensino fundamental e pouco exploradas em produções de textos para o Enem.

Para a constatação desses resultados, foi necessária a análise de 30 redações do Enem de 2018 e visa analisar e identificar as marcas de oralidades categorizadas como: inadequações morfossintáticas e fonéticos-fonológicas, subjetividade, diálogo com o leitor, gírias e repetições.

No que tange as inadequações morfossintáticas e fonéticos-fonológicas (analisa-se os desvios e traços da oralidade empregadas na escrita compreendendo desvios de pontuação e escrita, desprezados pela competência I), subjetividade (busca-se identificar o uso de pessoas do discurso, 1ª e 3ª, nas redações. Por se tratar de um texto dissertativo-argumentativo, este deve ser objetivo e dispensa-se a personalidade na sua escrita), marcas de diálogo com o leitor (busca-se trechos que caracterize que o escritor conversa com o leitor), gírias e repetições (quando uma palavra ou expressão é empregada várias vezes no mesmo parágrafo, comprometendo a fluidez e compreensão do texto).

Para a análise das redações, necessitou-se seguir, essencialmente, três etapas: (i) - leitura dos textos, (ii) - caracterização e (iii) – identificação. Consoante a isso, o aprofundamento teórico dar-se-á a partir da leitura de textos de expoentes como: Koch e Elias (2018), em que autoras apresentam algumas estratégias que estão à disposição do autor no momento da escrita regidos pelo princípio da interação

e comunicação; Terra (2018) discute o universo linguístico no processo que visa destacar a linguagem, a língua e a fala como processos sociais; Marcuschi (2008) mostra o funcionamento da linguagem sob a égide textual-interativa; Coelho *et al* (2015) discute a sociolinguística como um ramo essencial da linguística, pois não se pode dissociar a língua em uso do convívio social, e que esse processo faz com que a língua esteja em constante evolução e mudança influenciada por diferentes fatores internos e externos a ela; Travaglia (2009) por outro lado, trata do ensino de gramática como língua materna nas escolas conceituando e diferenciando cada uma delas, além da Cartilha do participante de Enem (2018) e o Manual de avaliadores oficiais de redações do Enem (2019), estes regulamentam o padrão de texto ideal para o exame, determinando como se deve escrever, bem como a forma ideal de correção dessas produções, além de outros teóricos importantes para a fundamentação dessa pesquisa.

Diante disso, necessita-se que a análise do *corpus* seja realizada por meio da estratégia qualitativa, sendo os dados observados indutivamente. Quanto ao fim, essa investigação será teórico-analítica, pois, busca-se a conclusão do assunto a partir da investigação das redações e da leitura de literaturas diversas para identificar as principais marcas de oralidades empregadas pelos candidatos na escrita do texto dissertativo-argumentativo do Enem.

Desse modo, esse Trabalho de Conclusão de Curso organiza-se em capítulos nos quais são apresentadas concepções de gramática, texto dissertativos e língua oral e escrita, além disso, nos capítulos seguintes, têm-se os resultados e as discussões analíticas, realizadas a partir das redações investigadas.

No capítulo intitulado GRAMÁTICA, PARA QUÊ CONHECÊ-LA? Faz-se uma breve contextualização acerca da necessidade do surgimento da comunicação, seja ela por meio gestual, escrito ou falado, perpassando por décadas até o surgimento da gramática, na Grécia antiga, como reguladora da linguagem humana. Aqui, também busca-se enfatizar e diferenciar os vários tipos de gramáticas destacando a normativa, a funcional e a descritiva.

Já no capítulo nomeado A REDAÇÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: amada ou odiada? Procura-se entender o contexto e as circunstâncias do surgimento do Enem, assim como o método de correção adotado pela organizadora, que por sua vez obedece a cinco competências que visam avaliar diversas habilidades linguísticas adquiridas pelos candidatos que prestam o teste, que dentre outras devem

seguir a norma padrão da língua exigida na gramática normativa, aprendida nas escolas desde as séries iniciais.

Na divisão que segue, já se debate acerca das MARCAS DE ORALIDADE, objeto de estudo dessa monografia, em que são trazidas as concepções sobre a língua oral e escrita que, embora distintas, possuem uma relação de dependência, discute-se, também, as possíveis influências sociais defendidas pela sociolinguística sociofuncionalista.

Na METODOLOGIA, descreve-se como todo trabalho está estruturado e como foi desenvolvido, a fim de explicar quais os processos adotados para a realização dessa monografia.

E, por fim, ANÁLISE: as marcas de oralidade sob o viés analítico do corpus; aqui se traz os resultados adquiridos a partir da leitura, categorização e identificação de todas as marcas de oralidade encontradas nas trinta redações observadas, neste último capítulo, mostra-se trechos dos textos lidos e a explicação de cada marca de oralidade encontrada, com o objetivo de comprovar que as redações investigadas apresentam os desvios discriminados pelos manuais regulamentadores do Enem.

## 2. GRAMÁTICA, PARA QUÊ CONHECÊ-LA?

Desde o surgimento do homem, houve a necessidade do desenvolvimento da comunicação. A pré-história corresponde à primeira parte da evolução humana, e esse período teve início com o surgimento dos primeiros hominídeos, estendendo-se até o aparecimento dos primeiros registros escritos, feitos por volta de 4000 a.C.

Nesse sentido, desde a idade antiga, o homem sentiu a necessidade de se comunicar com o seu semelhante, embora as dificuldades fossem grandes, esse processo se desenvolveu lentamente ao longo dos anos, o que possibilitou a partir daí uma organização social mais estruturada.

Segundo Araújo (2010, p. 145), “não se sabe ao certo qual surgiu primeiro: o gesto, a língua falada ou a escrita. Provavelmente os gestos vieram em primeiro lugar, pois a mão é o órgão do corpo que mais se movimenta”. Ou seja, o homem tornou-se mais hábil e pode utilizar as mãos como instrumento de trabalho e comunicação.

Ainda de acordo com o autor:

Supõe-se que a fala tenha surgido em segundo lugar. Acredita-se que os órgãos que hoje produzem a voz, não estavam ainda bem desenvolvidos e que levaram anos e anos para se aperfeiçoarem. Após longo tempo o homem foi criando palavras, frases, transmitindo verbalmente suas primeiras impressões. Assim surgiu a língua. O mais provável é que tenha surgido uma só e com as inúmeras emigrações e desavenças do homem, ela foi sendo modificada, dando origem às outras línguas. (ARAÚJO, 2010, p. 145)

Mas, compreende-se que após o processo de desenvolvimento gestual e posteriormente o vocal, tenha surgido o escrito; a manifestação escrita, de acordo com estudos históricos, surgiu, como já mencionado, por volta de 4000 a.C, os primeiros indícios revelam que pinturas rupestres mostravam o cotidiano dos hominídeos.

Assim, aos poucos esses desenhos iam se juntando a outras figuras, surgindo então, códigos linguísticos pelo qual se comunicavam. Desta forma, nota-se que a língua tem um papel agregador, pois é o código linguístico que permite a comunicação entre todos os seres da sociedade. De acordo com Martelotta (2017, p. 16), “a língua é definida como um sistema de signos vocais utilizados como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística”.

Dessa forma, ao longo dos séculos, o desenvolvimento do homem possibilitou também o avanço na escrita, que passou de desenhos rupestres a pergaminho, e depois, a livros escritos tal qual exhibe-se hoje.

No que se refere ao surgimento, a gramática apareceu no mundo ocidental por volta do século V a. C. na Grécia, Dionísio da Trácia (II a. C.) foi o verdadeiro organizador da arte da gramática na antiguidade. Com ele, tem-se a primeira descrição ampla e sistemática publicada no mundo ocidental de uma língua, apenas no período helenístico, com os gramáticos alexandrinos, a gramática tornou-se uma disciplina independente.

Martelotta (2017, p.46), revela-nos através de seus estudos, “que a partir do séc. XVI, quando se elaboraram as primeiras gramáticas das línguas faladas da época, as gramáticas latinas foram fontes de inspiração, já que o latim servia como modelo para as novas línguas”. O autor complementa ainda afirmando que nos “séculos XVII e XVIII, as reflexões sobre a natureza da linguagem, assim como as análises de suas estruturas, deram continuidade às propostas gregas, retomando a visão aristotélica da linguagem como reflexo da razão”.

No período helenístico, tinha-se o conceito de que gramática (*grammatiké*) era uma “regulamentação de um determinado uso da língua, num dado momento de sua história”; ao longo desse período muita coisa mudou, no entanto, ao se observar o contexto atual, pode-se concluir que ainda hoje a gramática tradicional manifesta tendenciosa preferência literária, reforçando a norma padrão e desbancando as demais variedades existentes. A gramática hoje denominada tradicional propõe-se a sistematizar as regras de uma língua, impondo a forma correta da utilização de um idioma, prescrevendo como se deve ou não usar uma língua.

Na contemporaneidade, os conceitos de gramática descritos pelos estudiosos dizem que esta é “concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente” (TRAVAGLIA, 2009, p. 24).

Por sua vez, Antunes (2007, p. 26), corrobora com essa concepção, afirmando que:

Gramática abarca todas as regras de uso de uma língua. Envolve, portanto, desde os padrões de formação das sílabas, passando por aqueles outros de formação de palavras e de suas flexões, até aqueles níveis mais complexos de distribuição e arranjo das unidades para a constituição das frases e dos períodos.

Com esses conceitos, pode-se concluir que a importância da gramática para a regulamentação de uma língua exerce grande valor, pois, não há língua sem gramática. Seu estudo está relacionado ao grande objetivo de levar o aluno a ler e

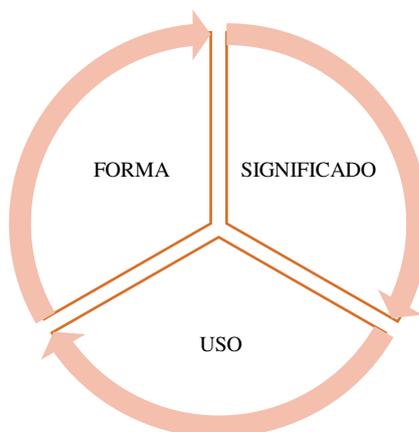
escrever razoavelmente bem, porém, entender a gramática apenas como um agrupamento de regras da língua gera resultados negativos para a prática docente. Afinal, não possui apenas o aspecto formal, estrutural, ela possui também os aspectos semânticos e pragmáticos.

De acordo com Oliveira (2010, p.238):

A dimensão formal, diz respeito à maneira como se forma o ponto gramatical, os elementos que compõem sua estrutura e à função sintática que exerce; a dimensão semântica, relacionada ao significado, à ideia que o ponto gramatical expressa; e a dimensão pragmática, que diz respeito à adequação do ponto gramatical às situações e aos gêneros textuais em que ele é usado.

Em suma, o aspecto formal refere-se ao uso das normas gramaticais, a semântica ao estudo do significado das línguas e por fim a pragmática, que estuda como a gramática pode ser usada em situações comunicativas concretas, como pode ser observado na figura abaixo.

**Figura 1:** Aspectos dos pontos gramaticais.



**Fonte:** Oliveira, 2010, p. 238

Portanto, o docente precisa estar atento e considerar esses três aspectos sempre que preparar aulas que envolvam o ensino de gramática, pois cada aspecto mencionado está conectado um ao outro. Com base no exposto feito até aqui, pode-se fazer algumas reflexões sobre o processo do surgimento da gramática, perpassando por todas as fases históricas de sua criação até a sistematização tal qual utiliza-se hoje.

No entanto, cabe enfatizar também que não há apenas a gramática normativa como ferramenta regulamentadora da língua humana. Quando fala-se em gramática,

deve-se destacar que, além da normativa, há as gramáticas descritiva, internalizada, implícita, explícita, reflexiva, contrastiva, geral, universal, histórica e comparada etc.

Porém, para o trabalho em questão, dar-se-á ênfase apenas a três, a gramática normativa, a descritiva e a gramática funcional, estudos esses que irão ser aprofundados no item seguinte.

## **2.1 Para entender as gramáticas normativa, descritiva e funcional**

Quanto ao ensino de língua materna e por sua vez o ensino de gramática, observou-se que há diversos tipos de gramáticas que norteiam o processo de comunicação humana, nesse aspecto, deve-se esquecer a ideia de que apenas a norma culta segue uma gramática. Desde quando se aprende a falar, o indivíduo já carrega consigo uma gramática, adquirida a partir de suas experiências linguísticas.

No entanto, ao longo de sua formação educacional é utilizada apenas um tipo de gramática, a normativa, nas escolas são ensinados como reconhecer a constituição de um vocábulo (estrutura e etimologia das palavras), a estudar e analisar as estruturas sintáticas e semânticas das orações, regência, concordância e outras normas adequadas ao uso correto da língua. Porém, não são mencionadas as demais variedades de gramáticas existentes, é por esse motivo que cabe destacar a importância das demais, frisando como já citado, apenas três (normativa, funcional e descritiva) como principais para compor a base dessa pesquisa.

A gramática normativa é aquela que aprendemos na escola desde pequenos, pressupondo que há apenas uma forma correta de utilização da língua. De acordo com Travaglia (2009, p. 30-31), a gramática normativa:

É aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. [...] Ao lado da descrição da norma ou variedade culta (análise de estruturas, uma classificação de formas morfológicas e lexicais), a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, prescreve como se deve e o que não se deve usar na língua.

Esta variedade trata a língua como a que corresponde às formas e expressões de prestígio, um conjunto de regras estabelecidas como modelo a ser seguido. Trata-se da mais conhecida entre os professores, pois, é a gramática adotada nos livros didáticos, considerando apenas uma variedade da língua como válida e verdadeira.

Ela apresenta os conjuntos de regras que quando seguidos, consistem no falar e escrever corretamente. Logo, essa gramática ao estabelecer a padronização da língua, espera que todos os falantes de um determinado idioma a utilize da forma como é prescrita, daí estar sempre valorizando o que julga-se “certo” e repudiando o “errado”.

A segunda definição de gramática, refere-se ao conjunto de regras que são seguidas. Neste caso, a gramática descritiva, é responsável por orientar o trabalho dos linguistas, tendo como principal objetivo descrever e explicar o funcionamento da língua. Aqui, procura-se evidenciar a língua da forma como ela é usada pelos falantes, ao contrário da gramática normativa, a descritiva não prescreve regras que determinam o que seja certo ou errado de acordo com o uso.

Sabe-se, portanto, que “a gramática descritiva trabalha com qualquer variedade da língua e não apenas com a culta e dá preferência para a forma oral desta variedade. Podemos, então, ter gramática descritiva de qualquer variedade da língua” (TRAVAGLIA, 2009, p. 32). Para a gramática descritiva, nenhum dado é desqualificado como não pertencente à língua. Isto é, trabalha-se de fato com o uso concreto da língua, sem determinações e considerações de erros.

A terceira e última definição a ser discutida nessa pesquisa é a da gramática funcional. Nela, trata-se do conjunto de regras que o falante domina, referindo-se a um processo criativo que habilita o usuário a produzir frases ou sequência de frases que são reconhecidas como pertencentes a uma língua.

De acordo com Castilho (2016, p.64):

A língua é um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem. Segue-se que as descrições das expressões linguísticas devem proporcionar pontos de contato com seu funcionamento em dadas situações.

Dada a complexidade do trabalho com o idioma, também entende-se que não existem condições adequadas para uma abordagem linguística limitada ao livro didático, em particular no que se refere à gramática. Embora o trabalho do professor ofereça suporte significativo, o livro ainda possui lacunas nas lições de gramática.

Nesse sentido, a criação e a compreensão de textos são de extrema importância, para que os alunos entendam a funcionalidade dos aspectos gramaticais das situações de uso, bem como a variedade de possibilidades de eficiência e

relevância das normas linguísticas de certos contextos. Nesta ampla perspectiva do ensino de gramática, também é importante enfatizar a necessidade de transformar o pensamento sobre a utilidade da abordagem gramatical em sala de aula (LIMA, 2012).

Franchi (2011) apresenta um estudo que enfatiza o pensamento do professor nas aulas de gramática e sempre se concentra na noção de aprender a gramática para "falar e escrever melhor", e essa lição é desconectada de qualquer uso, lições aprendidas para resumir nos exercícios sugeridos e para a utilização em outros meios que possam ser sugeridos.

Antunes (2007) tem várias implicações para o ensino de idiomas que ampliam nossa visão da abordagem gramatical em sala de aula. Nessa perspectiva, a autora apresenta algumas ideias para essa tarefa que podem ser realizadas de forma coerente, levando em consideração os diferentes aspectos do trabalho com a língua e, portanto, a gramática.

## **2.2 A gramática do ENEM**

Como pode-se observar até aqui, há diferentes tipos de gramáticas que norteiam o uso da língua. No entanto, a utilizada e exigida no processo formal de ensino-aprendizagem é a gramática normativa, nela atribuiu-se o caráter de lei que regula o uso da língua em uma dada sociedade. Nota-se, então, que a gramática normativa tem finalidade pedagógica, pois desde os primeiros anos de estudo é ensinada a norma padrão da língua, a fim de instruir as pessoas no uso da forma correta exigida pela norma.

Autor da "Moderna Gramática Portuguesa", Bechara (2009) afirma que:

A gramática normativa, por sua vez, recomenda como se deve falar ou escrever. Cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos. (BECHARA, 2009, p. 52)

Nesse sentido, toda produção científica ou intelectual como: artigos, teses, dissertações, monografias e outros, devem seguir a mesma norma. Não diferente

disso, a elaboração de um texto dissertativo-argumentativo também deve respeitar as exigências da norma padrão que são ensinadas nas escolas desde cedo.

No que se refere à produção de textos dissertativos, pode-se mencionar o exame nacional do ensino médio, cuja prova de redação exige que a produção textual siga a norma padrão da língua regida pela gramática normativa.

Sendo assim, produzir um texto é uma tarefa difícil, tanto para o professor que ensina, como para o aluno disposto a aprender, pois, elaborar produções textuais exige disposição, conhecimento de mundo, intenção, objetividade, coerência e leituras diversas, dentre outros aspectos indispensáveis para uma boa redação. Escrever bem resulta de uma técnica elaborada, que tem de ser cuidadosamente adquirida.

Logo, espera-se que o participante do Enem apresente um texto construído a partir das regras da chamada gramática normativa, ou seja, aquela que é objeto de ensino formal nas escolas e que é pautada por regras explícitas que foram sendo construídas ao longo do tempo.

### **3. A REDAÇÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: amada ou odiada?**

O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é uma avaliação aplicada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão governamental vinculado ao MEC (Ministério da Educação). Foi implantado no Brasil em 1998 com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil. Em seguida, tornou-se um padrão nacional para a admissão dos alunos nas universidades particulares de todo o país.

O aluno que se submeter ao teste, poderá, a partir de sua nota, concorrer a bolsas de estudos em universidades privadas (poucas instituições aderiram ao método de avaliação no início de sua implantação) ou ingressar em universidades públicas. Para o ingresso nessas instituições, o Ministério da Educação criou em 2004 o Programa Universidade para Todos (PROUNI), com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais em instituições particulares e, em 2010, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), esta nas instituições públicas. Algumas faculdades selecionam alunos integralmente via nota do ENEM e outras utilizam esta nota, mais a do vestibular tradicional. O ENEM desde 2009 serve também para certificação de conclusão de ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Realizada uma vez por ano, a prova é composta de 180 (cento e oitenta) questões objetivas com cinco alternativas, divididas em quatro grandes áreas do conhecimento, denominadas: Ciências Humanas e suas Tecnologias, nesta as questões são distribuídas pelas seguintes disciplinas: História, Geografia, Sociologia e Filosofia; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, área que avalia os conhecimentos específicos em Biologia, Física e Química; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, aqui, ao contrário do que se imagina, não são cobradas apenas questões de língua portuguesa, abrange-se também assuntos referentes às seguintes disciplinas: Artes, Educação Física, Tecnologias da Informação e Comunicação, Literatura e Língua Estrangeira (Inglês/Espanhol); Matemática e suas Tecnologias e por fim, contém a proposta de redação dissertativa-argumentativa para concluir o caderno de prova do ENEM.

Segundo o MEC, quanto ao critério de correção, as provas são corrigidas de acordo com o sistema de Teoria da Resposta ao Item (TRI), “esse sistema de avaliação não contabiliza apenas o número total de acertos no teste. De acordo com

o método, o item é a unidade básica de análise”. O desempenho do candidato no teste pode ser explicado pela sua habilidade e pelas características das questões.

Ainda de acordo com o MEC, a TRI qualifica o item de acordo com três parâmetros:

- Poder de discriminação, que é a capacidade de um item distinguir os estudantes que têm a proficiência requisitada daqueles quem não a têm;
- Grau de dificuldade;
- Possibilidade de acerto ao acaso (chute).

A TRI é um modelo de estatística utilizado para avaliar as habilidades e conhecimentos que estima a chance do candidato em acertar uma questão. Ou seja, se acertar poucas respostas “fáceis”, a chance de errar as questões mais difíceis é maior. Nesse caso as questões são pontuadas de acordo com seu grau de dificuldade, o que diminui os acertos por sorte (chutes).

Mas, não esquecendo o objeto principal dessa pesquisa, a redação, deve-se descrever como como é feita a correção dos textos dissertativos-argumentativos. Para a escrita de textos dissertativos-argumentativos do ENEM, são avaliadas cinco competências que conferem a qualidade na defesa de um ponto de vista. Tais competências investigam desde o domínio da modalidade escrita formal (passando pela compreensão do tema e articulação dos argumentos) até a proposta de intervenção coerente com a ideia sugerida.

Além disso, o domínio da modalidade escrita formal será observado na adequação do texto em relação às regras gramaticais e à fluidez da leitura, que pode ser prejudicada ou beneficiada pela construção sintática e/ou presença de desvios.

Sendo assim, de acordo com a Cartilha do Participante do ENEM (2018, p. 08):

O texto produzido pelo candidato será avaliado por, pelo menos, dois professores, de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo outro. Na ocasião, os professores avaliarão o desempenho do estudante de acordo com os critérios atribuídos pelas competências. Cada avaliador atribuirá uma nota entre 0 e 200 pontos para cada uma das cinco competências exigidas. A soma desses pontos comporá a nota total de cada avaliador, que pode chegar a 1.000 pontos. A nota final do participante na redação será a média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois avaliadores.

Logo, em caso de discrepância, a redação será avaliada, de forma independente, por um terceiro avaliador. Nesse caso, a nota final será a média

aritmética das duas notas totais que mais se aproximarem, se a discrepância ainda continuar depois da terceira avaliação, a redação será avaliada por uma banca presencial composta por três professores, que atribuirá a nota final do participante.

Mas, o que o ENEM considerado como discrepância? Considera-se discrepância quando as notas atribuídas pelos avaliadores diferirem, no total, por mais de 100 pontos, ou quando de obtém diferença maior que 80 pontos em qualquer uma das competências.

Cabe destacar, também, um dos maiores medos e ao mesmo tempo recorrentes casos de atribuições de nota zero nas redações do ENEM. A saber são:

- Fuga total ao tema: quando o candidato não desenvolve assunto acerca da temática proposta, nem de forma ampla, nem específica;
- Não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa: sabe-se que existem vários tipos de textos, os mais comuns são os narrativos, descritivos e o dissertativos, este último exigido de forma exclusiva no ENEM, quando o candidato desrespeita esse tipo de texto ele tende a escrever sobre algum gênero textual que não contempla o cobrado na prova, levando-o a zerá-la;
- Extensão de texto que apresente até 7 linhas: em uma das regras impressas na proposta de redação deixa claro que redações escritas até esse quantitativo de linhas, será configurado como insuficiente;
- Cópia integral de texto(s) motivador(es) da Proposta de Redação e/ou de texto(s) motivador (es) apresentado(s) no Caderno de Questões: quando o candidato utiliza partes dos textos motivadores, que estão dispostos apenas para contextualizar o tema, para complementar sua escrita, mesmo que parafraseado;
- Impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação (tais como números ou sinais gráficos fora do texto): aqui são levados em consideração situações como ofensas e desrespeitos à dignidade humana, bem como o uso ilógico de imagens, figuras e sequências numéricas sem haver relação com o texto.
- Parte deliberadamente desconectada do tema proposto: quando apresentam expressões ou trechos que atentam contra a seriedade e/ou contra a própria situação comunicativa do exame e/ou estejam desconectados do tema e/ou do projeto de texto/da discussão proposta pelo participante.
- Assinatura, nome, apelido ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante: quando o candidato coloca seu nome ou rubrica na folha oficial, mesmo que sejam apenas as iniciais dos nomes.

- Texto predominantemente em língua estrangeira: na redação do ENEM não é permitida a escrita de textos em outro idioma, mesmo que o texto aborde o tema proposto e/ou atenda ao tipo textual solicitado, ele deve ser anulado, por não se tratar de texto escrito em Língua Portuguesa;
- Folha de redação em branco (mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho): ocorre quando o candidato por algum motivo, escreve a redação no rascunho e esquece ou confunde de passar para a folha oficial;
- Apresente letra ilegível, que impossibilite a leitura dos dois avaliadores independentes: Considera-se “texto ilegível” em três situações: quando não se identifica sequer configuração de letras; identificam-se letras, mas não formação de palavras; ou se identifica apenas uma ou outra palavra legível, mas não o suficiente para que o texto seja avaliado normalmente.

Diante de todas essas regras, o que torna a redação do ENEM amada ou odiada é a habilidade que o estudante tem em ler e escrever, não simplesmente isso, mas saber discutir, interpretar, comentar o que leu. A base para o domínio dessa competência parte da família, passando pela escola, que juntas devem incentivar a leitura e escrita, a fim de que essa dificuldade seja sanada, caso contrário o estudante sempre terá impedimento em formar e exprimir opiniões.

### 3.1 As competências exigidas

Diante do exposto no item anterior, é substancial detalhar as cinco competências exigidas na elaboração e conseqüentemente na correção das redações do ENEM.

A prova de redação do ENEM exige do estudante que ele desenvolva a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo. Os **temas** propostos sempre estão relacionados à ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade, para tanto, frisa-se que o texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa exigida pela gramática normativa.

Nas redações, as competências são avaliadas dentro de uma estrutura que o estudante deve cumprir, a fim de galgar a nota máxima. Inicia-se defendendo uma **tese**, uma opinião a respeito do tema proposto, apoiada em **argumentos**

consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Ao final exige-se a elaboração de uma **proposta de intervenção** social para a problemática apresentada no desenvolvimento do texto que respeite os direitos humanos.

Ao escrever um texto, deve-se respeitar essa estrutura, mais que isso, deve-se, ao fazer uma redação, dominar competências linguísticas necessárias a fim de que o leitor entenda e perceba a coerência na escrita. Para que essa coerência exista e seja percebida no ato da leitura, faz-se necessário que a escrita seja feita de forma adequada e correta, para isso, o escritor deve atender a exigências estabelecidas, tais como: não fugir ao tema, utilizar as regras de pontuação, ortografia, sintaxe, semântica e outras pertinentes a adequação ao tipo de texto exigido e público alvo.

Observa-se então, que para uma escrita correta, é importante a utilização de vários recursos linguísticos, afinal, de nada adianta dominá-los sem que eles sejam disponibilizados de forma coerente e coesa. Em relação a esses aspectos, Marcuschi (2008, p. 119), defende que “há uma distinção bastante clara entre a coesão e a coerência, a coesão como a continuidade baseada na forma e a coerência como a continuidade baseada no sentido”. Ou seja, a coesão dá conta da estruturação da sequência de um texto, responsável por estabelecer a conexão das ideias, por outro lado, a coerência garante a construção do sentido estabelecidas por meio das ideias apresentadas no texto. São esses dois recursos que dão fluidez, sentido e compreensão acerca do que se quer escrever.

A imagem abaixo mostra o quadro de competências estabelecidas pelo ENEM.

**Figura 2:** Quadro de competências do ENEM.

<b>Competência 1:</b>	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
<b>Competência 2:</b>	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
<b>Competência 3:</b>	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
<b>Competência 4:</b>	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
<b>Competência 5:</b>	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos.

**Fonte:** Cartilha do participante do ENEM 2018.

**Competência I:** Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita: nesta competência o aluno deve demonstrar domínio da norma padrão, não apresentando ou apresentando escassos desvios gramaticais e de convenções da escrita.

**Competência II:** Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo: aqui fica mais uma vez evidente a exigência quanto a produção do texto dissertativo-argumentativo, deve-se compreender a temática exigida, e a partir de seu conhecimento de mundo e leituras diversas o candidato desenvolve o tema apoiado em um repertório sociocultural produtivo e de argumentação consistente, assumindo seu ponto de vista.

**Competência III:** Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista: por sua vez, na terceira competência o estudante seleciona, organiza e relaciona todos os argumentos pertinentes ao tema proposto elaborando um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por ele em relação à temática da proposta de redação.

**Competência IV:** Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação: após a seleção e organização de suas ideias, o candidato deve articular as partes do texto por meio de uma

estruturação lógica e formal, apropriando-se do uso de conectivos (recursos coesivos) que são responsáveis pelas relações semânticas construídas ao longo do texto, sem apresentar inadequações na utilização dos recursos coesivos, são esses recursos que darão sentido ao textos.

Competência V: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos: nesta última competência, o candidato deve expor sua intervenção sugerida, bem como os meios pelo qual ela poderá ser realizada. Vale enfatizar que essa proposta deve respeitar os direitos humanos, não sendo permitido romper com os valores de cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.

No tópico seguinte, será discutido de forma mais detalhada apenas as competência I e IV, na intenção de mostrar o elo existente entre essas competências e a gramática normativa, no sentido de destacar que essas duas competências estão diretamente ligadas ao estudo das marcas de oralidade.

A partir de agora, será abordada uma das principais causas que levam os alunos a fracassarem na redação, pois, o domínio da modalidade escrita formal será observado na adequação do texto em relação às regras gramaticais e à fluidez da leitura, que pode ser prejudicada ou beneficiada pela construção sintática e/ou presença de desvios.

### **3.2 A gramática normativa e as competências I e IV, o elo ideal**

O uso das cinco competências do ENEM devem ser realizadas de forma simultânea, ou seja, todas elas estão relacionadas entre si, formando um todo coerente.

Como já citado, a primeira competência visa avaliar o domínio da norma culta da língua portuguesa, essa avaliação é fundamentada no que dispõe a gramática normativa e deve-se considerar que o domínio dessa norma está dividido em níveis que atendem tanto o léxico e a gramática quanto a fluidez da leitura. O manual dos avaliadores do ENEM (2019, p. 6, módulo 3, competência I) comprova essa assertiva afirmando que:

É fundamental que os textos dos participantes do Enem sejam avaliados a partir do que se vem ensinando ao longo dos anos de formação escolar dos estudantes, de acordo com as convenções estabelecidas pelos gramáticos normativistas em termos de regras

ortográficas e gramaticais, bem como com a adequação de escolha de registro e de escolha vocabular.

O primeiro aspecto a ser evidenciado na avaliação da Competência I é que a escrita formal da Língua Portuguesa pressupõe um conjunto de regras e convenções estabelecidas ao longo do tempo pela gramática normativa. Cabe enfatizar que quando se trata da escrita formal, esta é a mais adequada para a escrita de textos dissertativo-argumentativos. Nesse estágio, as redações são analisadas observando dois aspectos essenciais: a **estrutura sintática** e a **presença de desvios**.

A estrutura sintática, objeto de correção do Enem, faz parte das regras de língua portuguesa que estão inseridas no estudo da sintaxe, a propósito, “a sintaxe estuda a ordenação, organização das palavras, construção das frases, ou seja, estuda as regras que são usadas para formar os trechos da língua que criamos quando falamos e quando escrevemos.” (FERRAREZI JUNIOR, 2018, p. 36).

Nota-se que na sintaxe, não são analisadas ou estudadas as partes que compõem uma palavra, os sons que elas possuem, e sim examinar as funções de cada parte integrante do texto de uma língua. Uma estrutura sintática adequada para a redação do Enem deve conter elementos linguísticos que se estruturam na frase de forma lógica, dando clareza ao texto redigido.

São consideradas falhas à estrutura sintática produções que apresentam, de acordo com o manual dos avaliadores do ENEM (2019, p. 13, competência I):

Períodos truncados e justaposição de palavras, ausência de termos ou excesso de palavras (elementos sintáticos). Pode haver ainda a presença de um ponto final separando duas orações que deveriam constituir um mesmo período (truncamento) ou uma vírgula no lugar de um ponto final que deveria indicar o fim da frase (justaposição), o que interfere na qualidade da estrutura sintática. A frequência com que essas falhas ocorrem no texto e o quanto elas prejudicam sua compreensão como um todo é o que ajudará a definir o nível em que uma redação deve ser avaliada.

Todas essas falhas devem ser evitadas durante a redação, a fim de não prejudicar a fluidez o texto e sua compreensão. Para a análise da estrutura sintática dentro da redação, é recomendado a observação de seis níveis que compõem a primeira competência.

**Figura 3:** Níveis da competência I.

<b>COMPETÊNCIA I</b>	
Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa	
<b>0</b>	Estrutura sintática inexistente (independentemente da quantidade de desvios)
<b>1</b>	Estrutura sintática deficitária com muitos desvios
<b>2</b>	Estrutura sintática deficitária OU muitos desvios
<b>3</b>	Estrutura sintática regular E alguns desvios
<b>4</b>	Estrutura sintática boa E poucos desvios
<b>5</b>	Estrutura sintática excelente (no máximo, uma falha) E, no máximo, dois desvios

**Fonte:** Manual do avaliador do ENEM 2019: competência I.

De acordo com a figura, os seis níveis avaliados na correção do Enem, obedecem a critérios como inexistente, deficitário, regular, boa e excelente. Mas, o que vem ser esses critérios? Certamente, todas redações apresentarão em sua estrutura algum critério desse, quanto melhor for a escrita do estudante, maior sua nota; por outro lado, quanto mais desvios ele cometer, menor será sua pontuação, o que configura uma escrita que tangenciará entre insuficiente e regular.

Uma estrutura sintática inexistente representa a ausência de fluidez na construção das orações e períodos de seu texto, tornando-o sem sentido, logo, é avaliado no nível zero. No que diz respeito a estruturas deficitárias, analisa-se a interferência no sentido texto, apresentando uma sintaxe com/ou muitos desvios. Aqui os principais desvios identificados são: **o truncamento**, que consiste no isolamento de períodos ou frases, separação de orações coordenadas ou subordinadas, ou seja, as relações de regência, concordância e ordem da frase.

Avalia-se além deste, a **justaposição de orações e/ou períodos**, quando há vários períodos ou orações que não se relacionam, constituindo sentidos diferentes. Outro a se ponderar é o **excesso, duplicação ou ausência de palavras (elementos sintáticos)**, aqui, as estruturas sintáticas apresentam em suas orações termos ou períodos que se assemelham, que se repetem ou não, tornando o texto repetitivo ou incoerente.

No que se refere a continuação na análise das correções do Enem, esclarece-se por meio da figura abaixo, como são examinados os desvios de convenções da escrita, gramaticais, de escolha de registro e de escolha vocabular. *A priori*, falar-se-á dos tipos de desvios investigados e, posteriormente, dos seis critérios de quantificação adotados para essa avaliação.

**Figura 4:** Quadro de desvios.

<b>DESVIOS</b>	<b>DE CONVENÇÕES DA ESCRITA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• acentuação</li> <li>• ortografia</li> <li>• hífen</li> <li>• maiúsculas/minúsculas</li> <li>• separação silábica (translineação)</li> </ul>
	<b>GRAMATICAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• regência</li> <li>• concordância</li> <li>• pontuação</li> <li>• paralelismo sintático</li> <li>• emprego de pronomes</li> <li>• crase</li> </ul>
	<b>DE ESCOLHA DE REGISTRO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• informalidade/marca de oralidade</li> </ul>
	<b>DE ESCOLHA VOCABULAR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• escolhas lexicais imprecisas</li> </ul>

**Fonte:** Manual do avaliador de ENEM 2019: competência I.

Como pode-se atentar, a figura acima destaca os quatro tipos de desvios averiguados na correção das redações. No que tange às **convenções de escrita**, ressalta-se que nesta categoria são avaliadas como as palavras são escritas, ou seja, se elas estão grafadas e acentuadas de forma correta consoante ao que é exigido no acordo ortográfico vigente. Vejamos alguns exemplos extraídos de redações do Enem 2018:

- 1- “*Internetel*/ Internet”;
- 2- “*Espondol* Expondo”;
- 3- “*Menssagens*/ Mensagens”;
- 4- “*Emfrentam*/ Enfrentam”;
- 5- “*Conpricado*/ Complicado”, entre outros.

Na observação dos **desvios gramaticais**, visa-se ponderar que aqui, despreocupa-se com as questões de grafia e foca-se no estabelecimento indevido das relações entre os períodos e orações do texto, relações essas que ocorrem por meio da regência, concordância, pontuação, dentre outros.

- 1- “A *internet* é *muita* importante nela eu posso acessar aplicativos ver notícias e muito mais usar redes sociais [...]”;
- 2- “O sistema *cuja* podemos usar *as* aplicativos como uma forma de comunicação mais rápida [...]”.

**Fonte:** Redações do Enem 2018.

No que concerne aos **registros de escolha**, considera-se que o candidato tenha escrito a redação obedecendo a estrutura de um texto dissertativo-argumentativo que atenda a norma padrão da língua portuguesa. Observa-se se há o correto uso dos registros formais e se estes são utilizados adequadamente ao tipo textual e ao contexto inseridos, isto é, informalidades ou marcas de oralidades caracterizam-se quando o candidato se apropria de recursos da fala e transcrevem para o texto escrito, situações estas que não atendem a gramática normativa.

- 1- “[...] No *meu* ponto de vista todos *nós* *teremos* [...]”;
- 2- “[...] seu patrão libera você *pra* usar *pras* venda, etc. [...]”;
- 3- “[...] o que *nós* vemos na internet [...]”;

**Fonte:** Redações do Enem 2018.

Por fim, quanto aos desvios de **escolha vocabular** identifica a correta adequação de elementos semânticos no texto, a fim de analisar se uma determinada sentença ou termo foram utilizados em seu sentido correto, bem como as ideias apresentadas na redação.

- 1- “*Manipulação/ manipuladora/ manipuladas* (mesmo radical);
- 2- “Internet” (repetição);
- 3- “[...] A internet *vêm* sendo [...]”.

**Fonte:** Redações do Enem 2018.

Nota-se, então, que essa competência se ocupa de avaliar situações específicas, e de acordo com o exposto, cada etapa desses desvios são avaliados de forma particular e atribuído pontuação a cada um deles. As demais competências seguem a mesma regra e para todas elas são atribuídas notas individuais.

No que se refere à Competência IV, necessita-se reforçar os conceitos de coerência e coesão, a fim de compreender como essa competência avalia a redação do Enem. Viu-se, até então, que a competência I preocupa-se com o cumprimento

das normas ortográficas impostas. Mas, qual a relação existente entre as Competências I e IV?

Antes desse questionamento ser respondido, expõe-se que a quarta competência do Enem, busca analisar a capacidade que o candidato tem de usar os mecanismos linguísticos pertinentes para a construção da sua argumentação, para isso, é necessário apropriar-se de recursos coesivos para dar fluidez e sentido ao texto.

De acordo com Koch (2005, p.14-15), “a coesão textual é estabelecida por elementos da língua que tem por função precípua estabelecer relações textuais”. A autora exemplifica, mostrando que essas relações são constituídas por mecanismos cuja função é estabelecer sentido entre enunciados ou partes do enunciado, por exemplo: **oposição ou contraste** (mas, porém, no entanto), **finalidade ou meta** (para, a fim de, visto que), **consequência** (assim que, desse modo), **localização temporal, explicação ou justificativa** (porque, pois, visto que), **adição de argumentos ou ideias** (também, não só, além do mais), além de outros exemplos de elementos coesivos que melhoram a estrutura do texto. Portanto, a coesão é responsável pela estruturação da sequência lógica de um texto, permitindo sua articulação e compreensão.

Tendo em vista o entendimento acerca desse conceito, vale reforçar que nessa competência a cobrança quanto a modalidade de texto ainda respeita ao tipo dissertativo-argumentativo, e conseqüentemente o uso da gramática normativa como alicerce para a construção de uma redação que atenda aos pressupostos da norma culta. A partir de agora, será explicado sobre a matriz de referência da quarta competência e o que ela considera nas redações.

**Figura 5:** Níveis da competência IV.

<b>COMPETÊNCIA IV</b> <b>Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação</b>	
<b>0</b>	Não articula as informações.
<b>1</b>	Articula as partes do texto de forma precária.
<b>2</b>	Articula as partes do texto de forma insuficiente, com muitas inadequações, e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
<b>3</b>	Articula as partes do texto de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
<b>4</b>	Articula as partes do texto, com poucas inadequações, e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
<b>5</b>	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.

**Fonte:** Manual do avaliador do ENEM 2019: competência IV.

A tabela exposta evidencia o que é desejado que o candidato faça ou não na redação do Enem, nesses seis níveis observa-se que a competência examina aspectos que vão desde a não articulação das informações (passando por etapas de articulações precárias, insuficiente e mediana), até a presença de diversificados recursos coesivos. Nesta matriz de referência, assim como nas demais, há a atribuição de valores quantitativos referente a cada nível, quanto maior a articulação das partes do texto com o uso de elemento coesivos, maior a nota. Porém, se o texto apresentar forma precária ou insuficiente no uso desses elementos, menor a nota.

Por conseguinte, quanto aos principais tipos de elementos coesivos, o Manual do avaliador do Enem na quarta competência (2019) diz que os dois principais tipos de coesão são: **a referencial**, que retoma elementos já mencionados ou introduz aqueles ainda a serem mencionados (pronomes, por exemplo), e **a sequencial**, que diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem diversos tipos de interdependência semântica e/ou pragmática entre enunciados. (MANUAL DO AVALIADOR, p. 07, competência IV *apud* KOCH, 1988, p. 75).

Isto é, há muitas formas de construir e promover as relações coesivas em uma diversidade de textos orais ou escritos, porém, pretende-se estabelecer uma base geral dos tipos dessas relações, fornecendo algumas indicações de quais são menos e mais desejáveis para a articulação dos argumentos.

Para finalizar, cabe explicar alguns aspectos necessários sobre as competências I e IV, respondendo o questionamento feito anteriormente. Embora as competências se relacionem, uma não pode se sobressair em relação a outra. Cada uma delas deve ser avaliada de forma particular e individual. Já compreendeu-se até aqui, que todas as exigências quanto ao uso correto das normas gramaticais, ortografia, pontuação, sintaxe (embora erros dessa ordem possam afetar a coesão do texto), ou seja, desvios dessa natureza serão avaliados na Competência I. A competência IV, fica restrita a examinar a função semântica, ou seja, as relações de coesão e sentido propriamente ditas, mesmo que os termos coesivos estejam escritos errados.

#### 4. AS MARCAS DE ORALIDADE SOB A ÉGIDE DA ORALIDADE E ESCRITA

Destacou-se no início desse trabalho, que a escrita surge muitos anos após as primeiras manifestações humanas, dada sua capacidade de tentar se comunicar através da fala. Como forma mais primitiva de comunicação, a oralidade tornou-se primeira expressão verbal utilizada, só depois a escrita surge, como forma de materializar os registros das memórias coletivas.

A língua em sua manifestação oral é espontânea, adaptável, inata ao ser humano, e é manifestada através das relações sociais que existem entre as pessoas, por isso aprendemos a falar antes mesmo de aprender a escrever, pois a fala normalmente se desenvolve em situações de contato desde quando ainda se é um bebê; logo, quando uma criança chega à escola ela já sabe falar. No entanto, a escrita é adquirida a partir do processo de escolarização desenvolvida ao longo do tempo.

Todavia, as considerações feitas até agora sobre a linguagem, abstraíram dela uma circunstância essencial: a de que pode ser, dentre outras, falada e/ou escrita, havendo assim dois tipos distintos da exposição linguística. Marcuschi (2010, p. 25) afirma que “a oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora.” Ainda segundo o autor, “a oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividade comunicativa. A oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia” (MARCUSCHI, 2010, p. 36). Logo, o que difere fala e escrita é a forma como tal produção se realiza.

A escrita, de acordo com Koch e Elias (2018, p. 33), “é entendida como uma atividade por meio da qual aquele que escreve expressa seu pensamento, suas intenções, sem levar em conta as experiências e os conhecimentos do leitor ou a interação que envolve esse processo”. Ou seja, a língua escrita requer uma formalidade maior, assim como a utilização de regras gramaticais, utilizando formas de referência mais precisas, tendo assim uma demanda maior de esforço, não precisando mais da presença física para que a mensagem se transmita.

Por outro lado, a fala emerge do momento de interação entre os indivíduos, refletido na materialidade linguística por marcas de produção verbal conjunta. Como base no exposto acima, pode-se a partir das concepções da Koch e Elias (2018, p. 16), destacar algumas diferenças existentes entre língua e fala:

**Tabela 1:** Distinção entre Língua e Fala.

<b>FALA</b>	<b>ESCRITA</b>
Contextualizada	Descontextualizada
Implícita	Explícita
Redundante	Condensada
Não planejada	Planejada
Predominância de <i>modus</i> pragmático	Predominância de <i>modus</i> sintático
Fragmentada	Não fragmentada
Incompleta	Completa
Pouco elaborada	Elaborada
Pouca densidade informacional	Densidade informacional
Predominância de frases curtas, simples ou coordenadas	Predominância de frases complexas, com subordinação abundante
Pequena frequência de passivas	Emprego frequente de passivas
Poucas nominalizações	Abundância de nominalizações
Menor densidade lexical	Maior densidade lexical

**Fonte:** Koch e Elias, 2018, p. 16

Diante disso, observa-se que das distinções estabelecidas pelas autoras, compreende-se que o texto escrito pode, em muitos casos, ser planejado pelo autor, revisado, rascunhado a fim de identificar possíveis desvios; ao contrário do texto falado, nesse último, o discurso emerge do próprio momento de interação entre os falantes, em virtude dessa interação face a face, logo, muitas expressões de ordem pragmática se sobrepõe em relação à sintaxe.

Sobretudo, cabe enfatizar que não se deve entender oralidade e escrita como dicotomias, algo dissociado, embora haja essas distinções que não passam de conceituais, ambas estão relacionadas e uma clama a outra, nesse sentido, significa dizer três coisas: que oralidade não é superior à fala, nem vice-versa; que a escrita não é a representação fiel da fala, e por fim, de que a escrita é derivada e a fala é primária. Tais conclusões podem ser tiradas porque a escrita não consegue reproduzir muitos fenômenos da fala, tais como, a ortoépia, a prosódia, gestualidade, movimento corporal, facial, dentre outros.

Marcuschi (2010, p.17), consolida esses argumentos reafirmando que:

Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante.

Entende portanto, que nem fala nem escrita possuem valores maior ou menor em relação à outra, ambas são iguais e devem ser vistas de forma simbiótica, cada uma com seu valor de uso. Portanto, oralidade e escrita devem ser vistas como irmãs, mesmo que de pais diferentes, mas, ainda sim, irmãs.

Apesar de apresentadas como dois sub-blocos, é necessário que se compreenda que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento — a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços da oralidade” nos textos escritos). (PCN; Língua Portuguesa, 1997, p. 40).

O uso constante dessas práticas possibilita ao aluno desenvolver suas competências e conhecimentos quanto aos diferentes gêneros e tipos textuais, de modo a permitir quais os recursos mais adequados para ler e escrever. Logo, a relação existente entre leitura e escrita, leitor e escritor, não é mecânica, pois nem sempre quem lê muito, escreve bem, no entanto, compreende-se que a possibilidade disso acontecer seja maior.

No entanto, dinamismo da língua e a intensa troca entre a forma oral e a forma escrita faz da linguagem uma mistura entre o formal e o informal. Os estudos acerca das marcas de oralidade, hoje em dia, devem-se à grande representação de fenômenos linguísticos da fala que ocorrem de certa data aos dias atuais em textos que derivam da fala, pois “[...] houve um tempo em que a escrita era de difícil acesso ou uma atividade para poucos privilegiados, na atualidade, a escrita faz parte da nossa vida, seja porque somos constantemente solicitados a produzir textos escritos [...], ou a ler textos escritos” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 31).

Entretanto, nem todas as pessoas sabem ler e escrever, sob essa ótica, recai sobre a escola o objetivo de ensinar os indivíduos a escrever com a finalidade de inseri-los no contexto de práticas de letramento no contexto social. Há certo tempo, acreditava-se que se uma pessoa soubesse ler e escrever já estaria pronto para viver todos os desafios impostos por uma sociedade que está em constante evolução. Nos

últimos anos, tem-se discutido que somente ler e escrever não torna o indivíduo apto para desenvolver-se como cidadão na sociedade atual, há uma grande necessidade que este indivíduo esteja envolvido de uma habilidade que interprete, contextualize e o envolva em práticas que somente a leitura proporciona.

Logo, como já mencionado anteriormente, quando a criança chega à escola, já domina a língua falada, é aí que a escola deve aproveitar os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo em termos de oralidade e desenvolver os conhecimentos acerca da escrita. “Ao entrar em contato com a escrita, precisa adequar-se às exigências desta, o que não é tarefa fácil. [...] É por essa razão que apresentam marcas de oralidades” (KOCH E ELIAS, 2018, p. 18).

Ainda de acordo com as autoras, elas definem que as “marcas de oralidade são elementos que as pessoas transpõem para um texto escrito, procedimentos que estão habituadas a usarem em sua fala, ou seja, empregam em suas produções recursos próprios da língua falada” (KOCH E ELIAS, 2018, p. 18). Se observarmos sob essa perspectiva, é inteiramente normal que no início do desenvolvimento da escrita, estas apresentem marcas características da fala, nessa égide, cabe ao professor ajudar o aluno a diminuir o uso de marcadores orais, indicando que não se fala da forma como se escreve e nem se escreve da forma como se fala.

Caso essas marcas não sejam minimizadas ao longo do ensino fundamental, esse vício refletirá na escrita dos estudantes no ensino médio, período em que estes estão se preparando para o vestibular. Diante disso, compreende-se que somente com o passar do tempo e com o auxílio do professor é que o estudante vai adquirindo propriedade para construir o modelo de texto escrito requerido pela norma padrão.

#### **4.1 Leitura e produção de texto**

A atividade de leitura colabora muito com repertório do aluno, potencializa sua assimilação estética, qualifica sua escrita e amplia seu vocabulário. “A leitura é uma função acessível ao conhecer produzido, ao regozijo estético e, ainda, trata-se de uma função de acesso às modalidades da escrita” (CANDIDO, 2011).

O professor de língua portuguesa deve possuir a capacidade de motivar o estudante ao interesse pela exploração na atividade da leitura, não somente nos conhecimentos determinados, mas ainda pela singela fruição estética; por vezes, tão somente o apenas o regozijo pela leitura. Sabemos sobre a eficácia da leitura nas

descobertas humanas, até mesmo nos textos de fantasias, onde as aventuras e paladinos também são sugestões educacionais para todos. Ler para obter informações; ler para sentir prazer; ler para discernir as propriedades da escrita. O professor tem por obrigação assegurar à disponibilidade de ferramentas de leitura e um espaço apropriado para tal atividade. Deve ainda motivar aquelas ocasiões de exposição oral no ambiente de ensino. E não somente que sirva para ocupar uma lacuna desocupada da aula (MEIRIEU, 2010).

Na questão da “escrita, na pluralidade de suas aplicações, cumpre tarefas comunicativas socialmente representativas e fundamentais”. E deve condizer ao professor para a utilização na realidade do estudante, para “fins” habituais e imprescindíveis a sua proximidade e convívio em sociedade. “Escrever um bilhetinho, fazer um simples registro em seu bloco de anotações, mandar e-mail, elaborar um relatório”, tudo próximo às realizações necessárias ao desenvolvimento pessoal e profissional do educando.

O professor deve agregar os ensinamentos gramaticais, não como sendo um acervo de terminologias a ser gravado e decorado. A gramática deve colaborar com os propósitos da compreensão como ainda da construção textual. Ela existe em razão do discernimento e da produção de textos orais e escritos. O professor deve conduzir no ambiente de ensino “uma gramática que se apresente como instrumento importante”, que privilegie o emprego em textos de distintos gêneros, portanto “uma gramática ainda que se apresente funcional”, “contextualizada”, que provoque alguma forma de interesse, que prenuncie diversas regras e que seja uma gramática pessoal, pois o destino será a eterna carência de interação verbal com os outros (VYGOTSKY, 2008).

A ortografia não poderá ser causa ou razão para simples indicações de incorreções e retificações, quando trabalharmos com a mesma, é necessário considerar que nossos alunos conquistam seus níveis de maturidade linguística. Por isso, portaremos alunos que, ao se confrontarem com a escritura de textos, não tenham no mínimo a conscientização de que escreveram de forma errônea sob a perspectiva ortográfica. O professor tem que estabelecer suas metas ou aspirações para a obtenção do sistema ortográfico por seus alunos (MAIA, 2010).

Aquele professor que faz uma devida pesquisa, motiva o aluno também a seguir o mesmo rumo. Quando apresentamos ao aluno uma menção histórica da língua, a construção linguística, sua origem, estamos oportunizando que o mesmo conheça o

caminho trilhado pelo professor e pode, deste ponto, desenvolver seu próprio percurso em direção ao aprendizado pela pesquisa. Inerentes aos benefícios da inclusão da pesquisa como ferramenta pedagógica a mesma há de se tornar o ensinamento substancial para o aluno, especialmente porque a mesma viabiliza sua abrangência afetiva e social, além do intelectual.

A linguagem se trata de um modelo substancial, marcado nos legados culturais, aos quais são extraídos incessantemente para o crescimento do nosso saber. Pela pesquisa conseguimos fazer registros das formas de expressão longínquas no tempo e no espaço, encontrar implicações semióticas para determinadas utilizações. Mas, o professor da nossa língua mãe deve estar instruído para utilizar todo o modelo de ferramenta de pesquisa, a partir de uma consulta bibliográfica, um passeio em uma biblioteca, recomendar mídias de buscas, sugerir filmes temáticos ou alusão de assuntos diversificados (MATÊNCIO, 2009).

A pesquisa é, por conseguinte, ferramenta extremamente útil ao ensinamento e aprendizagem da língua, pois não existe pesquisa de qualidade, sem sua associação à leitura e sem a escrita. Não há pesquisa sem raciocínio sobre o texto ao qual se lê. Não há pesquisa onde não se requeira a triagem entre uma diversidade de textos e informativos. Não há pesquisa sem concepção discursiva que leve em consideração a adaptação linguística aos distintos contextos. Por isso, imparcial ao tema questionado ou tema do projeto no colégio, é de muita facilidade identificar a língua como ferramenta interdisciplinar (CANDIDO, 2011).

Partindo da hipótese de que a escola tem que se estruturar, de maneira a vir assegurar ao aluno desempenhar sua habilidade discursiva, usar a linguagem nas suas singularidades, conforme aquilo que supra atenda às suas carências comunicativas, que procuramos pelo conhecimento, como a escola trabalha, Conduz-se na extensão do professor, para desenvolver as habilidades de leitura e escrita, competências as quais viabilizam a total participação do aluno na vida social.

Leitura e escrita, sob a visão da autora, tratam-se de dois procedimentos que se completam e se transformam reciprocamente. Mencionando Alves (2009, p. 40), ele discorre que, “uma vez em que nos referimos a escrita, devemos considerar ainda a leitura, pois são aspectos que se complementam e se modificam respectivamente”, ou seja, a escrita muda a interlocução (a formação da interlocução letrada) e a interlocução causa influência à escrita (o surgimento de vestígios da oralidade nos textos escritos).

Segundo Carvalho (2011), o centro do conhecimento sobre a língua é compreendida como um símbolo, um conjunto de signos dispostos a partir de normas. Tanto o locutor como o interlocutor deveriam compreender a fim de que a comunicação viesse ser processada. Assim, para esse conceito, a língua é um ato social e engloba, no mínimo, ao menos duas pessoas.

Para Maia (2010), diante desse conceito, um indivíduo só discerne a mensagem da outra em função das particularidades das variantes da língua que elas utilizam. Nesta concepção o ensinamento da língua portuguesa enfoca especialmente a apropriação do símbolo, dessa forma o educador deve garantir que o aluno tenha noção do sistema alfabético e domine a gramática para que possa aplicar na linguagem.

De acordo com Matêncio (2009), trata-se de não encaminhar o aluno ao conhecimento do sistema linguístico, mas ao desenvolver as práticas de expressão e compreensão das mensagens. “Ensinar baseado nesse pensamento está diretamente associado ao caráter instrumental e prático da língua”. O ensino nesta concepção passa ter como um de seus vários propósitos aperfeiçoar o aluno para utilizar a língua, com finalidade de atender suas carências como ser social integrante de uma sociedade capitalista.

#### **4.2 A sociolinguística sociofuncionalista e a influência nas marcas de oralidade**

Deve-se destacar que a sociolinguística é uma das subáreas da linguística, uma vez que, esta última investiga cientificamente a linguagem como um instrumento que possibilita a comunicação entre os seres humanos integrantes de uma comunidade por meio da língua. Os primeiros estudos acerca da língua tiveram maior destaque a partir do séc. XX, especificamente em 1916, ano da publicação do livro *Curso de Linguística Geral*, é nesta época que o suíço Ferdinand de Saussure revoluciona os estudos sobre a língua, dando início ao período da chamada Linguística Moderna.

Com o lançamento póstumo do livro *Curso de Linguística Geral* é que se deu o apogeu da linguística como ciência, sendo marco do Estruturalismo Saussuriano, graças à contribuição de três de seus discípulos, Bally, Riedlinger e Sechehaye, a partir de rascunhos feitos nas aulas do mestre genebrino.

Nesse contexto, pode-se perceber a importância de Saussure e dos estudos da língua para a sociedade, tendo em vista que ele discute a língua em uma perspectiva revolucionária para a época; porque ela funda, conforme se costuma dizer nos estudos linguísticos, um novo paradigma para a reflexão sobre o processo de comunicação.

A “linguística ganha um objeto específico de estudo, a língua” (OLIVEIRA, 2017, p. 60), a qual Saussure define como um “conjunto de unidades que sistematicamente organizadas formam um todo, o qual ele chama de sistemas de signos” (MARTELOTTA, 2017, p. 118). Estes signos, por sua vez, associam-se entre significante (imagem acústica) e significado (conceito ou ideia), assim como, entre língua e fala, e ainda, faz separação entre a sincronia (o estudo da língua em um determinado momento) e a diacronia (estudo da língua através do tempo), o que por sua vez necessita de dois eixos: os sintagmáticos e paradigmáticos.

De qualquer forma, é reconhecidamente incontestável o valor da famosa distinção saussuriana entre *langue* (Língua) e *parole* (Fala) para a linguística contemporânea, apresenta-se abaixo um quadro comparativo de suas características mais comuns e principais, pois, para Saussure, muitos são os aspectos relacionados à língua e à fala.

**Tabela 2:** Dicotomia Saussuriana entre Língua e Fala.

<b>LANGUE (Língua)</b>	<b>PAROLE (Fala)</b>
Social	Individual
Homogênea	Heterogênea
Sistemática	Assistemática
Abstrata	Concreta
Constante	Variável
Duradoura	Momentânea

**Fonte:** Carvalho, 1976. p.16

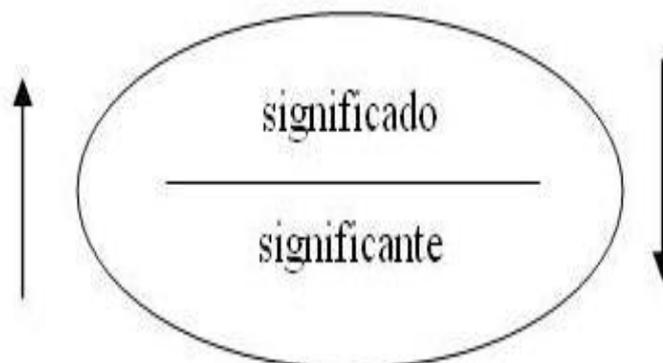
Cabe destacar que um conceito importante desenvolvido por Saussure foi o de signo linguístico, que serviu de base para as discussões sobre o significado, ele afirma que a língua é um sistema de signos e, portanto, a unidade constituinte do sistema linguístico, logo, o signo linguístico é uma entidade psíquica que une a imagem acústica a um conceito, e não uma coisa a uma palavra, o que pode ser observado no esquema abaixo.

**Figura 6:** Sistema Linguístico.

**Fonte:** Autor da monografia.

Saussure observou o problema que essas terminologias podiam causar e propôs novos conceitos que chamou de significado e significante. O significado - também chamado de conceito, representa o sentido que é atribuído ao significante, contudo, significante - consiste numa sequência de fonemas, associada à impressão psíquica desse som (imagem acústica).

De acordo com Carvalho (1976, p.49), os dois elementos, “significante e significado que constituem o signo estão intimamente unidos e um reclama o outro, são interdependentes e inseparáveis, semelhante a uma moeda” e que Saussure representou pela seguinte figura:

**Figura 7:** Representação do Significado e Significante.

**Fonte:** Carvalho 1976.

Muitos linguistas passaram a ver a língua da mesma forma que Saussure, ou seja, um sistema onde cada elemento tem um valor linguístico, existindo em função de outros elementos do sistema. Assim, “cada palavra de uma língua tem seu conteúdo semântico influenciado pelo conteúdo semântico das outras palavras dessa língua, e todas as palavras, por se relacionarem entre si, fazem da língua um sistema estruturado” (OLIVEIRA, 2017. p. 60).

E como subárea da linguística, a sociolinguística enfoca que a língua não pode ser estudada fora de seu contexto social, ela é heterogênea e está em constante mudança, sendo que existem vários fatores linguísticos e sociais que colaboram para que haja variações no modo de falar das pessoas, pois, as variações existentes na língua não impedem que haja um entendimento entre elas.

Mollica (2017, p. 9) diz que “a sociolinguística estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais.” Ou seja, a sociolinguística estuda a língua no seu contexto real de uso, considerando as relações existentes entre a estrutura linguística, os aspectos culturais e também sociais.

O principal expoente quanto aos estudos sociolinguístico é William Labov, em seu livro *Padrões Sociolinguísticos* (1972), ele apresenta os principais postulados teóricos e a metodologia de trabalho empírico com a linguagem dessa nova proposta. O ponto fundamental na abordagem proposta por Labov é a presença do componente social na análise linguística questionando e propondo um novo olhar sobre a estrutura das línguas e, especialmente, sobre os fenômenos da variação e da mudança linguística. Portanto, a sociolinguística se ocupa da relação entre língua e sociedade e do estudo da estrutura e da evolução da linguagem dentro do contexto social da comunidade de fala.

Nesse sentido, após os estudos estruturalistas de Saussure, Labov critica os postulados saussurianos e as separações feitas pelo mestre genebrino entre língua e fala e também entre sincronia e diacronia. Mais ainda, pelo fato de Saussure desconsiderar os fatores externos à língua. Para Labov, ancorado nas concepções de Meillet, a língua é motivada por fatores sociais.

De acordo com Calvet (2002, p. 54):

A cidade é o lugar por excelência dos contatos entre línguas. A urbanização e as migrações, efetivamente, fazem convergir para as grandes cidades grupos de falantes que chegam com suas línguas e, deste modo, criando plurilinguismo, em vez de se assimilarem à língua dominante.

A partir dessa citação de Calvet (2002), compreende-se que os movimentos migratórios contribuem de forma significativa para a criação de novas línguas, influenciando, inclusive, para suas variações dentro de um contexto social, e que são nas cidades os ambientes em que mais se nota o plurilinguismo existente entre os indivíduos.

Para Fiorin (2008, p. 14), “a língua é uma parte essencial da linguagem, é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. Ou seja, a língua é uma ferramenta de suma importância para o processo de interação entre os indivíduos, proporcionando uma maior convivência social.

Com isso, pode-se observar que as mudanças ocorrentes na língua são de curso natural e ocorrem sem uma percepção aparente entre os falantes, e esta ocorre numa perspectiva diacrônica e se dá consoante às mudanças de âmbito interno e externo, como lexical, fonológico, morfológico, diatópico, diastrático, diafásico dentre outros. Com isso, podemos afirmar que, de acordo com as concepções Labovianas, vale lembrar que as línguas são sistemas heterogêneos.

Nesse aspecto, a sociolinguística sociofuncionalista definida por Cesário, Marques e Abraçado *apud* Mollica e Junior (2016, p. 45), afirmam que o sociofuncionalismo “concebe a estrutura gramatical inserida na situação real de comunicação, considerando os participantes, o objetivo da interação e o contexto discursivo”, isto é, o sociofuncionalismo se preocupa em estudar a relação existente entre a estrutura gramatical da língua e o contexto comunicativo em que está inserida, levando em consideração fatores sociais, cognitivos, comunicativos e outros.

No sociofuncionalismo, a variação e mudança linguísticas eram explicadas ao observar não somente fatores estruturais e sociais, mas também fatores funcionalistas como, iconicidade, informatividade, gramaticalização e outros. Para a linha funcionalista, há uma simbiose entre gramática e discurso, em que a gramática é constantemente modificada no uso/discurso, pois os falantes necessitam de novas formas para serem expressivos.

De forma geral, a “iconicidade é definida como a correlação natural e motivada entre forma e função, isto é, entre o código linguístico e seu significado. A informatividade, focaliza o conhecimento que os interlocutores compartilham, ou supõem compartilhar na interação verbal, enquanto a gramaticalização, é vista como um organismo maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas do falante” (CUNHA *apud* MARTELLOTA, 2017, p. 166-174).

Destarte, compreende-se que o conhecimento e as experiências adquiridas por um falante tiveram origem no conhecimento gramatical, inseridos em termos de frequência e contextos de uso. Uma vez que a gramática é susceptível às mudanças vivenciadas no dia a dia. Logo, implica reconhecer que as gramáticas de qualquer

língua são estáveis, sendo modificadas pelo uso, pois esta varia e muda ao longo do tempo, ao contrário das concepções saussurianas, o sociofuncionalismo não faz distinção entre a dicotomia, diacronia e sincronia, pois estuda exatamente a língua como objeto flexível, moldável, comprovando como ela se estrutura e muda.

Nesse aspecto, tendo em vista que as marcas de oralidades estão relacionadas com fatores sociolinguísticos, depreende-se que as mudanças ocorrentes na língua são de curso natural e ocorrem sem uma percepção aparente entre os falantes, e esta ocorre numa perspectiva diacrônica e se dá consoante às mudanças de âmbito interno e externo como: lexical, fonológico, morfológica, diatópico, diastrático, diafásico, dentre outros. Com isso, podemos afirmar que, de acordo com as concepções Labovianas, as línguas são sistemas heterogêneos.

## 5. METODOLOGIA

As funções essenciais da linguagem humana têm sido muito discutidas ao longo dos anos. É fácil observar, por exemplo, que é pela posse e pelo uso da linguagem que nos comunicamos uns com os outros na vida social. Desta forma, nota-se que a língua tem um papel agregador, pois é o código linguístico que permite a comunicação entre todos os seres da sociedade.

Com isso, observa-se que a fala enquanto manifestação oral é espontânea e adaptável, pois, é adquirida normalmente em contextos naturais. Por outro lado, a escrita não requer somente conhecimento linguístico, mas, enciclopédico e textual de forma a possibilitar a produção textual-discursiva, caracterizando-se pela sua constituição gráfica.

Entende-se, portanto, que a importância da oralidade está, propriamente, na sua posição como prática social. A oralidade é inata à maioria dos seres humanos, sendo utilizada também para transmitir conhecimentos às pessoas, uma vez que, é a partir da oralidade, que os indivíduos colocam-se em grupos, identificam-se e, dessa forma, convivem social e racionalmente.

Fundamentado nesses aspectos, para a escrita desse trabalho, parte-se do pressuposto de que a língua falada e a língua escrita andam lado a lado e, embora distintas, complementam uma à outra. Essa distinção se dá no âmbito da natureza social e da natureza gramatical. A fala compreende a natureza social, pois esta é espontânea, adquirida antes mesmo da escrita e, a de natureza gramatical, por sua vez compreendendo o domínio da gramática normativa a fim de regularizar uma produção textual dentro das normas exigidas por este tipo de gramática, uma vez que esta regula o uso da língua em uma sociedade.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, realizar-se-á pesquisa de forma bibliográfica e documentada, visto que ela será fundamentada nos principais estudos que tratam do referido campo de investigação. Quanto ao fim, essa investigação será teórico-analítica, pois além de apresentar discussões acerca das marcas na oralidade, pretende-se também analisar como que o referido tema é abordado pelos estudiosos e como ele é encontrado nas redações do Enem.

Com isso, para a realização dessa pesquisa, será necessária a leitura de referencial bibliográfico, tais como: Koch e Elias (2018), Terra (2018), Marcuschi (2008), Coelho *et al* (2015), Travaglia (2009), Cartilha do participante de Enem (2018)

e o Manual de avaliadores oficiais de redações do Enem (2019); dentre outros expoentes que estudaram, apresentaram e desenvolveram teorias utilizadas para fundamentar as análises sobre a oralidade e a escrita.

Com base no referencial teórico citado, far-se-á a análise do *corpus*, consistindo na tabulação dos dados obtidos, divididos por diferentes marcas de oralidades, dos quais são destacados as inadequações morfossintáticas, subjetividade, conversa com o leitor, repetições, e gírias. Sobretudo, observou-se a partir da leitura e análise minuciosa dos textos, que todas as redações analisadas apresentam marcas de oralidades.

Neste caso, encontram-se marcadores de fala que atuam de duas formas: conversacional e sintática. Tratando-se dos marcadores conversacionais, encontram-se sinais produzidos que servem para situar o leitor (quando quem escreve emprega recursos linguísticos que dão a intenção de conversa com o leitor).

Para as funções sintáticas, salienta-se que esses sinais podem ser responsáveis pela sintaxe gramatical, isto é, quando os marcadores passam a níveis fonéticos, fonológicos, morfológicos e outros.

## **5.1 As redações analisadas**

Compreendeu-se até aqui, que a tipologia textual cobrada na redação do Enem é o texto dissertativo-argumentativo, essa é a única modalidade de escrita exigida para produção textual. Sabe-se também, que além do texto dissertativo, existem outros tipos de textos, tais como: o descritivo, o narrativo e o expositivo, todos eles são classificados dessa forma levando em consideração o seu propósito, ou seja, sobre o quê, e como vai se escrever.

Até hoje nas edições do Enem, não houve proposta de redação que solicitasse a escrita de um texto diferente do dissertativo-argumentativo, pode-se afirmar isso até pela própria natureza desse texto, pois ele busca avaliar a capacidade que um indivíduo tem de desenvolver um raciocínio lógico acerca de um tema apresentado.

A própria cartilha do participante do Enem (2019, p. 12), esclarece que, na proposta, “exige-se que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é o tipo de texto que demonstra, por meio de argumentação, a assertividade de uma ideia ou de uma tese”. É mais do que uma simples exposição de ideias; por isso,

deve-se evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo, devendo assumir claramente um ponto de vista.

O que diferencia esses textos, como já mencionados, é seu propósito, pois os textos descritivos, de acordo com Terra (2018, p. 116), “descrever é, em essência, fazer o retrato de algo ou alguém. Claro que o retrato não se confunde com a coisa [...], mas o importante é que, nas descrições verbais, o leitor consiga construir uma imagem mental daquilo ou daquele que se descreve”. Ainda de acordo com o autor, os textos narrativos e expositivos respectivamente são caracterizados pois:

Narrar é contar, pode-se afirmar que as duas características básicas do texto narrativo são: narrabilidade e temporalidade. Há um começo e um fim, vale dizer, há um antes e um depois, ou seja, temporalidade, os acontecimentos acontecem um após o outro [...]. Enquanto o expositivo trata-se de um texto que visa transmitir um saber [...], que recorre a procedimentos cognitivos, como a análise e a síntese de conceitos, estabelecendo relações de causa e efeito entre eles (TERRA, 2018, p. 120-129).

Nesse sentido, não depende do candidato a escolha de qual tipo textual usar na escrita de uma redação, é clara e óbvia que a única aceita é a argumentativa, e, para a elaboração dele, necessita-se de conhecimentos básicos ensinados ao longo da vida estudantil. Além disso, é preciso que a tese, o ponto de vista empregado pelo estudante, esteja relacionada à proposta solicitada. Produções textuais que infringem as regras da proposta de redação, seja quanto ao tipo textual, língua oficial, dispersão do tema, entre outros, são punidas pelos corretores, levando em alguns casos, a redação à nota zero.

Para a realização dessa pesquisa, analisar-se-á escrita de 30 (trinta) produções dissertativas-argumentativas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2018, que teve como tema: ‘Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet’. Todas elas deveriam atender a tipologia textual exigida - escrever um texto dissertativo-argumentativo que respeite a norma padrão da língua -, a fim de identificar a presença de marcas de oralidade nos textos selecionados.

Cada redação será analisada de acordo com as regras estabelecidas nas competências I e IV, tendo em vista o domínio da norma culta e o domínio dos principais mecanismos linguísticos para argumentação, tais análises estarão fundamentadas de acordo com o manual de corretores do Enem 2019. Na ocasião,

vale esclarecer que o critério utilizado para escolha das redações se deu em virtude do orientador desse trabalho ser corretor oficial do Enem e dispor de materiais suficientes de treinamento antes das correções. Inclusive, tem acesso aos textos mais recentes divulgados pelo INEP/MEC, logo, o material analisado foi disponibilizado ao orientador e repassado para o autor desse trabalho monográfico. Pode-se justificar também, por se tratar dos textos mais recentes divulgados, o que torna a pesquisa atual.

Diante dessas assertivas, as trinta redações analisadas como *corpus* para essa pesquisa, em sua maioria, estavam dentro do tipo textual exigido, no entanto, notou-se que o desconhecimento e falta de preparo dos candidatos implica diretamente na forma como ele escreve, refletindo assim, em um texto que tangencia em diversos aspectos sobre o que é solicitado, isto é, candidatos que escrevem seus textos de forma desconexa, sem o cuidado com as regras que contemplem todas as competências, notando-se assim, textos que fugiam da temática. Por exemplo, há um texto narrativo dentre as redações analisadas, outros escritos com apenas um parágrafo, com a presença de marcadores conversacionais, além de outros desvios que comprometem o sentido da produção textual.

Logo, é por esse estabelecimento de regras que exames como o Enem exigem o domínio da norma culta na escrita de seus textos dissertativos. Por isto, marcas de oralidades ou informalidades como as já mencionadas, por exemplo, não são aceitas nesse tipo de produção, fazendo com que a presença delas desvalorize a escrita do estudante, demonstrando falta de conhecimento da forma padrão e baixo nível de mecanismos linguísticos essenciais para a construção de argumentos consistentes.

## **5.2A triangulação dos dados: a teoria sociolinguística, a gramática normativa e as redações**

Pode-se observar, até o momento, que os estudos que fundamentam essa pesquisa baseiam-se em algumas teorias que discutem a língua como manifestação oral e escrita, tendo em vista que essas manifestações se dão no âmbito do convívio social, que influencia na forma como o indivíduo fala, escreve e por sua vez se comporta. Quando discute-se esse perspectiva sob a ótica da fala e escrita, pode-se inferir que entre esse debate está a gramática normativa, que como já se defendeu

anteriormente, surgiu das tradições gregas, com o objetivo de entender os aspectos relacionados à linguagem, não somente isso, mas ao pensamento e a realidade.

Outro aspecto já citado, trata da circunstância no ensino da gramática normativa, que se dá desde os primeiros anos de escolarização do indivíduo, onde professores ensinam a reconhecer os elementos que compõe essa gramática, a fim de propagar as regras que regem a norma culta da língua, pois, a gramática normativa é vista como a lei que regula a língua em dada sociedade.

Portanto, a norma culta está diretamente ligada à gramática normativa, uma vez que, àquela é vista como modular, correta, ou seja, aquela sem a presença de erros, por isso, a mais prestigiada na sociedade e associada ao domínio das camadas mais abastadas.

Quando se fala em gramática, teoricamente, é unânime entre os linguístas fazerem a diferenciação dos diferentes tipos de gramáticas, bem como suas principais características e seus objetivos fundamentais. De forma sucinta, os primeiros conceitos elaborados são o manual de regras a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente, diante disso, leva-se em consideração apenas a variedade padrão da língua, deixando de lado seus demais usos, considerando-os meramente como erros ou desvios.

Tais objetivos foram formulados no intuito de que o usuário realmente consiga desenvolver as competências necessárias para a utilização da norma culta em seus diferentes contextos, e, buscando a valorização dos conhecimentos que o aluno já leva consigo para a escola, nesse caso em específico, a variedade da língua. Essas são temáticas que pouco são abordadas em sala de aula, provocando o imperialismo da norma culta.

No entanto, não deve-se ter a afirmativa anterior como uma delimitação exata, visto que, diante da concepção sociolinguística, há diversos fatores internos e externos à língua que influenciam na maneira como as pessoas adquirem e utilizam a língua. Por exemplo, ao considerar a realidade brasileira, percebe-se que há diferentes localidades ou pessoas com alto poder aquisitivo, mas que não faz uso da norma culta, por outro lado, existem pessoas com condições menores que, no entanto, já fazem uso da norma padrão, e, assim, pode-se citar diversos outros casos.

Compreende-se, portanto, que a sociolinguística surge da concepção do elo que há entre linguagem e sociedade, uma vez que a segunda determina a primeira. O que se pretende com essa inferência é destacar que a norma culta também

apresenta variações linguísticas, e estas variações ocorrem em todos os níveis da gramática, isto é, a língua é um fato social, variável, adapta-se às situações de uso, por isso são condicionadas por esses fatores.

Com isso, percebe-se que a variação linguística é encontrada em diferentes locais desde muito tempo, e que cada mudança é resultante de um processo histórico que está relacionada a diversos fatores. Portanto, o caráter heterogêneo do sistema linguístico é produto de duas ou mais formas em variação, alternando-se de acordo com condicionadores internos (linguísticos) e externos (extralinguísticos). Os principais fatores internos da língua segundo Coelho *et al.* (2015, p. 23-32) são:

❖ **Variação lexical:** caracteriza-se como a variação de uma palavra pronunciada de diferentes formas em dada região. Ex.: mandioca, aipim e macaxeira.

❖ **Variação fonológica:** consiste na troca, omissão ou acréscimo de uma letra em uma palavra. Ex.: *ropa* (roupa), *pranta* (planta), *pineu* (pneu).

❖ **Variação morfofonológica, morfológica e morfossintática:** consiste na alteração que ocorre num morfema da palavra. Ex.: *cantano* (cantando), *andá* (andar), *sorrino* (sorrindo).

❖ **Variação sintática:** são mudanças ocorridas no âmbito da sintaxe, condicionadas por fatores extralinguísticos, ou seja, a troca de determinadas expressões em uma frase, fazendo com que seu uso seja estigmatizado ou não diante da situação. Ex.: “O filme *a que* me referi é muito bom” / “O filme *que me referi a ele* é muito bom”. As duas situações são consideradas relativas padrões, e a primeira oração está deixando de ser utilizada, sendo substituída, pois, pela segunda; sendo usada por falantes menos escolarizados.

❖ **Variação e discurso:** são marcadores discursivos que servem tanto para a organização e interação da fala entre falante e ouvinte, quanto para a ligação coesa e lógica entre um texto escrito. Ex.: *aí*, *portanto*, *daí*, *então*, entre outros.

Enquanto os fatores externos pode-se elencar:

❖ **Variação regional, geográfica ou diatópica:** configura-se pelo fato de indivíduos de diferentes regiões apresentarem características próprias da fala, tons, traços fonológicos, itens lexicais são fatores que evidenciam os diferentes dialetos de uma mesma língua.

❖ **Variação social ou diastrática:** são variações que carregam diferentes características sociais dos falantes, como por exemplo: grau de escolaridade, nível socioeconômico, sexo/gênero e faixa etária.

❖ **Variação estilística ou diafásica:** está relacionada as diferentes formas como as pessoas se comportam em determinados locais, estabelecendo uma relação de poder e solidariedade, remetendo-se as relações sociais existentes nos diferentes papéis sociais, por exemplo, relação entre aluno/professor, empregado/chefe, pais/filhos.

❖ **Variação diamésica:** está relacionada aos diversos meios que influenciam na fala e na escrita, pois como já destacado, um texto escrito é artificial, ensaiado, menos variável e exige a norma culta da língua, o que por sua vez, é deixado de lado na forma falada, esta é tratada como, espontânea, improvisada e muitas vezes variável ao contexto.

Em suma, pode-se notar que todos esses fatores sociolinguísticos influenciam na forma como o estudante escreve e fala, mesmo havendo a exigência no uso da norma culta, não deve-se estigmatizar as variações existentes em relação à gramática normativa. O que se percebe é que o estudante acaba levando para sua escrita marcas de sua oralidade, embora todos saibam que o texto dissertativo-argumentativo do Enem requisita o uso da norma padrão, ainda sim, há presença de desvios que podem ser explicados pela sociolinguística e também pela gramática.

Ensinar gramática vai além do que seja aprender a língua, seja pelo convívio social ou de forma sistemática na sala de aula. Portanto, aprender uma língua não se resume em “incorporar” um conjunto de regras, vocabulário etc. Mas, implica desde uma reflexão sobre a linguagem, até o levantamento de hipóteses problematizando seu funcionamento.

### **5.3A análise tridimensional**

O *corpus* pesquisado será analisado sob três vieses; sob a perspectiva da leitura, da caracterização (tipos buscados) das marcas de oralidade e, por último, da identificação dessas marcas. Pode-se afirmar que essa tríade segue um ciclo complementar em que uma depende da outra para que a análise seja efetivada, uma vez que, para se atingir os resultados desejados, precisa-se primeiramente de leitura atenta e minuciosa das redações, a fim de identificar a presença das marcas de oralidade já caracterizadas.

A figura abaixo busca representar tal ciclo de forma a ilustrar como essa tríade se comporta:

**Figura 8:** Ciclo Tridimensional.

**Fonte:** Autor da monografia.

A leitura é uma das habilidades mais importantes e primordiais que podem ser desenvolvidas pelo ser humano, pois traz uma grande contribuição teórica e prática para o leitor; a partir do momento que ele se apropria daquilo que ler, o texto toma vida e se propaga aos outros leitores que passam a conhecer essa leitura também.

O estímulo da leitura permite ao aluno uma visão maior sobre o meio em que vive, proporciona não só o toque emocional, bem como oportuniza uma reflexão crítica quanto às questões morais, éticas, políticas, sociais e ideológicas, sem contar com a condução analítica das estratégias linguísticas da elaboração de um texto (CANDIDO, 2011).

Portanto, o estudo da língua portuguesa exerce um importante papel na sociedade, quando se tratando de humanização, pelo fato de ampliar os horizontes e promover um olhar mais expressivo do mundo, tornando-se uma importante ferramenta para o incentivo e uso da leitura desde a educação básica.

Sobre a caracterização, cabe enfatizar que as marcas de oralidades destacadas nas redações estão divididas na perspectiva de se encontrar: inadequações morfossintáticas (quando há desvios e traços da oralidade empregadas na escrita compreendendo erros de pontuação e escrita, desprezados pela competência I), marcas de diálogo com o leitor (de maneira que se identifique questionamentos ou trechos que caracterize que o escritor conversa com o leitor),

gírias ou repetições (quando uma palavra ou expressão é empregada várias vezes no mesmo parágrafo, comprometendo a fluidez e compreensão do texto), subjetividade (aqui, busca-se identificar o uso de pessoas do discurso, 1ª e 3ª, nas redações. Por se tratar de um texto dissertativo-argumentativo, este deve ser objetivo e dispensa-se a pessoalidade na sua escrita).

E, para finalizar, a identificação, como já citado anteriormente, essa identificação só é permitida após as duas etapas anteriores: primeiro é feita a leitura e entendimento dos textos, depois se caracteriza os tipos de marcas desejadas e, por fim, verifica-se a existência ou não dessas marcas nos textos analisados. Após essa identificação, far-se-á tabulação dos dados obtidos, divididos pelas diferentes marcas de oralidades já mencionadas.

## **6. ANÁLISE:** as marcas de oralidade sob o viés analítico do corpus

As marcas de oralidade são expressões ou recursos linguísticos que buscam encontrar, principalmente em textos escritos, traços do texto falado; isto é, se no texto escrito há presença de fatores que são influenciados pela fala. Já se discutiu até aqui, que os estudos acerca das marcas de oralidade devem-se à grande representação de fenômenos linguísticos da fala que ocorrem de certa data aos dias atuais em textos que derivam da fala, pois “[...] houve um tempo em que a escrita era de difícil acesso ou uma atividade para poucos privilegiados, na atualidade, a escrita faz parte da nossa vida, seja porque somos constantemente solicitados a produzir textos escritos [...], ou a ler textos escritos” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 31).

O dinamismo da língua e a intensa troca entre a forma oral e a forma escrita faz da linguagem uma mistura entre o formal e o informal, o que não pode ocorrer nesse caso, nas redações do Enem, uma vez que, marcadores textuais ou marcas de oralidade são proibidas nesse tipo de texto (gênero dissertativo).

Analisemos, a partir de agora, as marcas de oralidade categorizadas como: inadequações morfossintáticas e fonético-fonológicos, subjetividade, diálogo com o leitor, gírias e repetições. Nelas serão mostradas os trechos de apenas doze redações escolhidas aleatoriamente, a fim de exemplificar as teorias e marcas estudadas ao longo dessa pesquisa. No entanto, cabe enfatizar que todos os textos foram analisados e tabelas contendo os dados serão mostrados no final da análise nos apêndices, além das redações serem expostas nos anexos dessa pesquisa. Faz-se necessário esclarecer que todas elas estão identificadas apenas por números, que vão de 1 a 30, e que a transcrição de alguns trechos foram necessários, dada a dificuldade de compreender algumas escritas.

### **6.1 Inadequações morfossintáticas e fonético-fonológicos**

Quando se refere a esse estudo, estamos tratando de uma análise que envolve fatores fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais. Quatro fatores inerentes à gramática normativa que são estudados desde os primeiros anos nas escolas. São esses fatores que contribuem para uma linguagem mais culta, seja ela escrita ou oral.

Nesse sentido, cabe destacar que, quanto aos estudos morfológicos, temos:

- ❖ Na fonética há estudos sobre: supressão do /r/ nos infinitivos verbais (andá>andar, vendê>vender, parti>partir); redução de /n/ do grupo consonantal /nd/ no gerúndio como por exemplo, (cantanu>cantando, ouvinu>ouvindo, falanu>falando); omissão de /r/ em grupos consonantais (ôto>outro); monotongação dos ditongos decrescentes (poco>pouco, ropa>roupa, lixero>lixeiro), rotacismo entre outros.
- ❖ Na morfossintaxe: estudos sobre variação na concordância em gênero e número entre verbo e sujeito; predicativos e participios com o sujeito; estudos sobre as formas seu/dele, sobre a alternância de 'nós' e 'a gente', desvios de convenção da escrita.
- ❖ Enquanto o léxico visa estudar o conjunto de palavras ou vocábulos existentes em um idioma.

Diante dessa asserção, pode-se mostrar o seguinte trecho:

Imagem 1: Redação 26

### REDAÇÃO 26

1	De acordo com pesquisas e dados cerca de 90% das pessoas
2	fazem o uso do meio de comunicação (internet) e de seus componen-
3	tes as redes sociais.
4	São muitos os fatos que tem de um lado os malefícios e
5	os benefícios há uma lista extensiva dos benefícios que
6	a internet nos proporciona, mas por trás disso há uma
7	grande manipulação de conteúdos a serem vistos. Estamos
8	vivendo em um tempo em que vigina e i compartilhando
9	na internet, tudo o que pesquisamos nos monitorados
10	pelo sistema ou seja por um grande grupo agregado em
11	empresas.

Fonte: Redações do Enem 2018.

Nesse trecho da redação 26, pode-se observar vários desvios que vão de encontro com as competências destacadas aqui, ou seja, vão contra as competências I e IV. Nota-se que nas linhas 4,5,6 e 9 (l 4, 5, 6 e 9) respectivamente, há desvios de convenção da escrita, isto é, palavras escritas, pontuadas ou maiúsculas/minúsculas, de forma que não atendem à gramática normativa. Ex.:

- *malefísios*> malefícios;
- *estensiva*> extensiva;
- *traz*>trás (traz- há erro nesse vocábulo, se analisado o contexto da oração, o autor desse texto tentou se referir ao fato de que atrás, após, detrás da internet, há uma

manipulação. Logo, quando a expressão “trás” vem acompanhada de preposição, forma portanto, uma locução adverbial de lugar).

- As palavras: Sao (l 4 e 9), malefisios (l 4), beneficios (l 5), e a expressão “Sao Muitos os fatores [...]”; apresentam tais desvios (erros de ortografia), que geralmente são elementos mais evidentes em um texto e de fácil identificação.

Destarte, ainda pode-se perceber mais um desvio pontuado de acordo com a competência I, desta vez os erros gramaticais. Como destacado na figura 4 no capítulo três, os erros gramaticais são considerados como erros de regência, concordância, pontuação, paralelismo sintático, emprego de pronomes e crase. No trecho ainda em análise, pode-se perceber que há vários desvios dessa natureza, principalmente a falta de pontuação e de concordância. O que pode ser observado na transcrição abaixo:

*1 “De acordo com pesquisas e dados cerca de 90% das pessoas  
2 fazem o uso do meio de comunicação (internet) e de seus componen-  
3 tes as redes sociais.  
4 Sao Muitos os fatores que tende aos dois lados os malefisios e  
5 os beneficios, há uma lista extensiva dos beneficios que  
6 a internet nos proporciona, mas por traz disso a uma  
7 grande manipulação de conteúdo a serem vistos. Estamos  
8 vivendo em um tempo em que tudo gira e é compartilhado  
9 na internet, tudo o que pesquisamos sao monitorados  
10 pelo sistema ou seja por um grande grupo agregado em  
11 empresas.”*

Identifica-se um erro de concordância verbal na linha 6, pois o verbo *haver* no sentido de *existir* foi substituído de forma incorreta pelo artigo definido *a*.

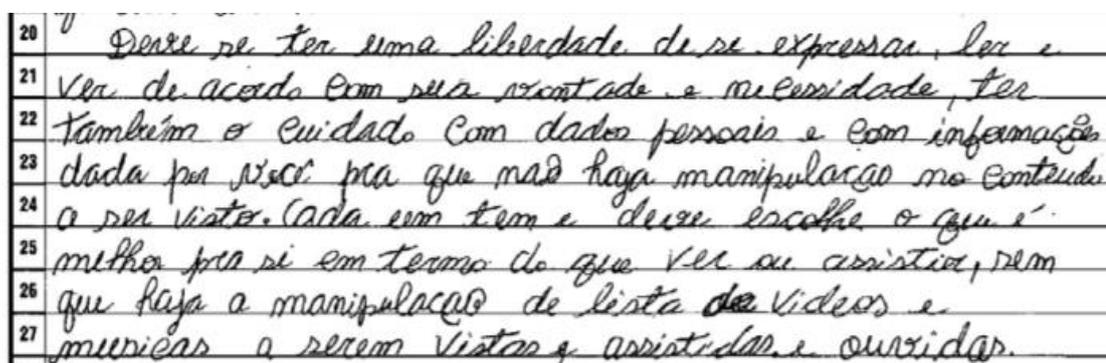
A transcrição do fragmento acima está *ipsis litteris* ao fragmento extraído da redação, no entanto, o próximo trecho representa uma sugestão da forma correta exigida pela norma padrão, ou seja, como o candidato deveria ter escrito.

*“De acordo com pesquisas e dados, cerca de 90% das pessoas fazem uso do meio de comunicação (internet) e de seus componentes: as redes sociais.*

São muitos os fatores que tendem para os dois lados, os malefícios e os benefícios, há uma lista extensiva dos benefícios que a internet proporciona, mas por trás disso há uma grande manipulação de conteúdo a serem vistos. Logo, vive-se um tempo em que tudo é divulgado e compartilhado na internet, sendo que muitas pesquisas são monitoradas pelos sistemas, ou seja, por um grande grupo agregado de empresas.”

Menciona-se agora, que no último parágrafo da redação 26, nota-se a presença de reduções; que também são desvios, desta vez, de escolha de registro. Vejamos abaixo:

Imagem 2: Redação 26



Fonte: Redações do Enem 2018.

Nesse trecho, identificou-se também duas ocorrências no uso da redução da palavra “para” por “pra”, nas linhas 23 e 25. A presença desse tipo de informalidade também é objeto de avaliação entre os desvios e não são bem vistos em textos dissertativos-argumentativos.

Outra justificativa que se dá para a escolha desse recurso é por meio da variação fonológica já destacada nessa pesquisa. Vários estudos de Sociolinguística atestam variação fonológica em diversos fenômenos do português do Brasil. Nesse caso, pode-se aferir que a redução acima trata-se de um caso de síncope, isto é, supressão de um segmento sonoro no interior da palavra.

Seguem outros exemplos de desvios a serem considerados na escolha de registro:

- Expressões coloquiais como “um monte”, “um bocado”, “é isso aí”, “né”, “tá beleza”, “tão”, ou formas usadas na Internet, como “blz”, “vc”, “eh”;
- O uso de diminutivos e aumentativos (ex.: “basiquinho”; “muitão”);

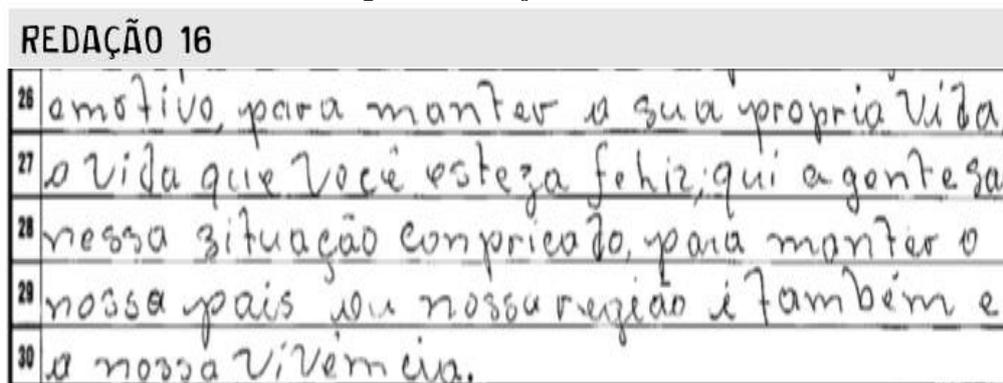
- Reduções (como “pra”, “pro”) e abreviaturas, como “p/” (no lugar de “para”) ou “c/” (no lugar de “com”).

Se observarmos mais um pouco será identificado mais um desvio, dessa vez a variação fonológica destacada encontra-se na linha 24. Ex.:

- [...] *cada um tem o que deve escolhe o que é melhor [...]* → [...] *cada um tem o que deve escolher o que é melhor [...]*.

Nesse exemplo temos a supressão do *-r* que marca o infinitivo nos verbos, temos, portanto, a ausência de um morfema verbal de infinitivo, também encontrados em palavras como *come* (comer), *corre* (correr), entre outras. No fragmento abaixo poder-se-á verificar mais um desvio:

**Imagem 3:** Redação 16



**Fonte:** Redações do Enem 2018.

- 26 o motivo para manter a sua propria vida,  
 27 a vida que você esteza feliz, qui a gente sai  
 28 nessa situação conpricado, para manter o  
 29 nossa pais ou nossa região é também e  
 30 a nossa vivemcia.

Aqui vamos nos ater apenas a variação destacada (rotacismo), embora observe-se diversos outros desvios. Esse fenômeno de troca de /l/ por /r/ se chama rotacismo e constitui-se também como um caso de variação fonológica muito comum na fala de brasileiros, outros exemplos são *probrema*, *bicicreta*, *pranta*, *framengo*, etc.

Outro extrato que pode ser mostrado é o da redação 29, que também apresenta vários desvios como os elencados acima. Vejamos:

Imagem 4: Redação 29

## REDAÇÃO 29

1	Nos dias atuais a utilização da internet
2	tem nos dados muitas informações de fato
3	que podemos mudar nossos comportamentos
4	entre a sociedade. Porém com tantos aplicativos
5	que o nos dias de hoje sobre redes sociais
6	as pessoas estão cada vez <u>mas</u> se espondo
7	com isso o sistema de internet constroi
8	a nossa rotina <u>pelos as</u> atividades que
9	fazemos na internet tornando nosso
10	tempo curto com a convivência com a
11	sociedade.

Fonte: Redações do Enem 2018.

Nas linhas 4, 6, 7 e 10 respectivamente, observam-se desvios que se enquadram nos desvios de convenção de escrita defendida pela competência I. Ex.:

- Porem> Porém, Mas> Mais (há erro nesse vocábulo, se analisado o contexto da oração), Espondo> Expondo, Constroi> Constrói, Comvivencia> Convivência.

E por fim, os desvios gramaticais. A esse trecho será dado o mesmo tratamento feito no fragmento anterior quanto a análise deste item, ou seja, será feita a transcrição e em seguida a correção.

1 “Nos dias atuais a utilização da internet  
 2 tem nos dados muitas informações de fato  
 3 que podemos mudar nossos comportamentos  
 4 entre a sociedade. Porém com tantos aplicativos  
 5 que o nos dias de hoje sobre redes sociais  
 6 as pessoas estão cada vez mas se espondo  
 7 com isso o sistema de internet constroi  
 8 a nossa rotina pelos as atividades que  
 9 fazemos na internet tornando nosso  
 10 tempo curto com a convivência com a  
 11 sociedade”.

Na linha 6 da figura acima, nota-se que o advérbio de intensidade *mais* foi trocado erroneamente pela conjunção adversativa *mas*. Enquanto na linha 8 da figura, a repetição do artigo “*as*” em “*pelas as atividades*” caracteriza uma falha de estrutura sintática por excesso, haja vista que já existe um artigo na contração “*pelas*” (preposição “*por*” mais artigo “*as*”). Em seguida há uma sugestão de reescrita de acordo com a norma padrão:

*“Nos dias atuais, a utilização da internet tem nos dados muitas informações, que de fato podem mudar o comportamentos entre as pessoas de uma sociedade. Porém, com tantos aplicativos nos dias de hoje e o uso de redes sociais, as pessoas estão cada vez mais se expondo, com isso o sistema de internet constrói a rotina social através das atividades que são feitas na internet, tornando o tempo curto na convivência com a sociedade”.*

## 6.2 Subjetividade

Acerca da subjetividade, no mesmo trecho da redação 26, pode-se destacar também esse desvio. Já foi discutido que textos dissertativos-argumentos são textos que dispensam a personalidade, isto é, nessa tipologia textual o autor não deve se incluir no texto ou transparecer que está inserido no contexto da escrita. Circunstância que pode ser comprovada nas linhas 6,7 e 9 (l 6,7 e 9) respectivamente. Vejamos.

- “*nos proporciona*”;
- “*estamos vivendo*”;
- “*que pesquisamos*”.

Esses três exemplos evidenciam, também, que nesse excerto nota-se a presença de pessoas do discurso, isto é, o candidato utiliza como recursos linguísticos os pronomes, o que pode configurar a subjetividade. No primeiro caso, constata-se a presença da 1ª pessoa do plural dos pronomes oblíquos átonos; no segundo e terceiro caso, temos a 1ª pessoa do plural do caso reto, de acordo com o quadro abaixo:

Figura 9: Quadro dos pronomes.

Pronomes Pessoais				
número	pessoa	pronomes retos	pronomes oblíquos	
			tônicos	átonos
singular	1ª	eu	mim, comigo	me
	2ª	tu	ti, contigo	te
	3ª	ele, ela	si, consigo	se, o, a, lhe
plural	1ª	nós	nós, conosco	nos
	2ª	vós	vós, convosco	vos
	3ª	eles, elas	eles, elas, si, consigo	se, os, as, lhes

Fonte: Google

Em todos esses exemplos, temos apenas um núcleo do sujeito, ou seja, um sujeito simples. Antigamente, dizia-se que estes seriam sujeitos ocultos, no entanto, hoje essa terminologia foi extinta pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) por ser considerada imprópria. Nos casos citados, observa-se que o sujeito não está oculto, escondido, e sim, indeterminado, isso é evidenciado pela própria desinência verbal encontrada nas palavras. Sujeito simples: nós (desinência verbal – mos).

Assim como na redação 26, o texto 29 também apresenta traços de subjetividade e marcas da presença de pessoas do discurso (sujeito simples: nós (desinência verbal – mos)), de acordo com os exemplos que seguem. Ex.:

- “[...] nos dado muitas informações [...]];
- “[...] que podemos mudar nossos comportamentos[...];
- “[...] a nossa rotina [...]];
- “[...] que fazemos [...]];
- “[...] nosso tempo [...]].

### 6.3 Conversa com o leitor

Tratando-se dos marcadores conversacionais ou marcas de diálogo com o leitor, este caracteriza-se quando encontram-se sinais produzidos pelo escritor que servem para situar o leitor, ou seja, quando quem escreve emprega recursos linguísticos que dão a intenção de que quem escreve está conversando com quem lê,

essa categoria é identificada nos textos quando há questionamentos ou trechos que contenham perguntas.

Imagem 5: Redação 9

### REDAÇÃO 9

11	Tendo isso em mente, a análise da questão que é "porque
12	as pessoas passam mais tempo no meio virtual que no real?
13	por que é mais fácil dizer o que pensa quando não tem nin-
14	guém olhando diretamente para você? O respeito deve que pode va-
15	riar de uma pessoa para outra, contudo as mídias não são
16	queste meios de se, o caso piora quanto a questão de compa-
17	tilhamento das opiniões que por vezes podem se originar de
18	fontes duvidosas e levando em conta que em suma maioria
19	os indivíduos / usuários nem possuem as certificações de sigla os
20	fatos e alegações das espere para textos repetitivos e palavras
21	vazias.

Fonte: Redações do Enem 2018.

11 [...] Tendo isso em mente, a análise da questão que é "porque  
 12 as pessoas passam mais tempo no meio virtual que no real?  
 13 por que é mais fácil dizer o que pensa quando não tem nin-  
 14 guém olhando diretamente para você? [...]

Nesse trecho, há duas perguntas, situação que se caracteriza como diálogo com o leitor, identificado nas linhas 11, 12, 13 e 14. O mesmo acontece no exemplo abaixo.

Imagem 6: Redação 13

### REDAÇÃO 13

1	O avanço da globalização ajudou para uma margem mais elevada das
2	utilização da internet? A internet tem se tornado o principal meio de comu-
3	nicação? Qual seria o lado negro das tantas informações que estão sendo divul-
4	gadas?

Fonte: Redações do Enem 2018.

1 [...] O avanço da globalização ajudou para uma margem mais elevada da  
 2 utilização da internet? A internet tem se tornado o principal meio de comu-  
 3 nicação? Qual seria o lado negro de tantas informações que estão sendo divul-  
 4 gados?

Neste último exemplo o autor inicia sua produção textual com três questionamentos seguidos. O que necessariamente compromete a redação, uma vez que o ideal é que todas essas indagações sejam respondidas, nesses casos o candidato precisa de argumentos consistentes e utilizar elementos linguísticos e coesivos necessários para a construção coerente de seu texto.

#### 6.4 Repetições

Algumas estratégias coesivas como a repetição do mesmo termo e dos mesmos recursos fonológicos (produzindo efeitos de rima, eco, assonância e aliteração, etc.) fazem sentido na produção poética, mas, na maioria dos casos, não são valorizadas em produções dissertativas. É preciso, sempre, considerar a repetição em relação àquilo que o participante apresentou, efetivamente, em seu texto escrito, verificando em que medida essa repetição prejudica (ou não) a articulação dos argumentos dentro do texto.

No que tange a repetição, Koch e Elias (2018, p. 161), afirmam que:

A repetição ou recorrência de termos é uma das formas de progressão textual de que pode se valer o produtor. Esse tipo de recorrência tem sido frequentemente considerado vicioso e, por isso, condenado. O que ocorre, na verdade, é que a repetição é também um poderoso recurso retórico. Portanto, há repetições “viciosas” e repetições enfáticas, retóricas.

Portanto, na escrita dos textos dissertativos-argumentativos, deve-se ter cautela quanto ao uso excessivo de repetições, pois em alguns casos estes podem deixar a escrita precária e tornar o texto incompreensível. Pode-se perceber que a repetição pode ser usada desde que não prejudique a fluidez e o entendimento das partes relacionadas do texto. A seguir, mostrar-se-á tabela com os principais tipos de coesão, tabela esta baseada nos estudos expostos em Koch (2013, p. 29-78) *apud* Manual do Avaliador (2019, p. 8, competência IV):

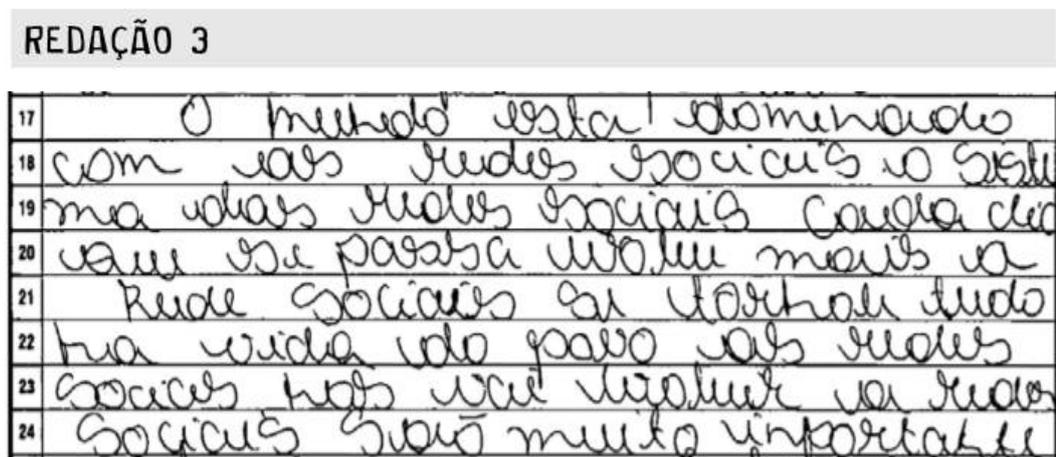
**Figura 10:** Quadro esquemático da coesão referencial e sequencial.

1. COESÃO REFERENCIAL	1.1 POR USO DE FORMAS GRAMATICAIS	1.1.1. Substituição por pró-formas	Pronomes, verbos, advérbios...
		1.1.2. Definitivação	Artigos definidos e indefinidos
		1.1.3. Elipse	Posição "vazia"
		1.1.4. Numerais	Números cardinais, ordinais, fracionais...
	1.2 POR USO DE FORMAS LÉXICAS	1.2.1. Relação de sinonímia	Sinônimos
		1.2.2. Relação de hiperonímia	Hiperônimos e hipônimos
		1.2.3. Nomes genéricos	Substantivos e adjetivos que produzem relações de sinonímia
		1.2.4. Nominalizações	Nomes deverbais, substantivos abstratos...
2. COESÃO SEQUENCIAL	2.1 SEQUENCIAÇÃO PARAFRÁSTICA	2.1.1. Mesmos termos	Repetição de termos (muito comum na poesia)
		2.1.2. Mesma estrutura sintática	Repetição da estrutura sintática
		2.1.3. Mesmo conteúdo semântico	Repetição do conteúdo semântico
		2.1.4. Mesmos recursos fonológicos	Repetição de recursos fonológicos (muito comum na poesia)
	2.2 SEQUENCIAÇÃO FRÁSTICA	2.2.1. Manutenção temática	Termos do mesmo campo lexical
		2.2.2. Encadeamento por justaposição	Orações subordinadas (principalmente adverbiais e adjetivas)
		2.2.3. Encadeamento por conexão	Operadores argumentativos

**Fonte:** Manual do avaliador (2019, p. 8)

A partir desta tabela, pode-se analisar os trechos a seguir, indicando cada excerto a um tipo de estratégia coesiva indicada na tabela.

**Imagem 7:** Redação 3



**Fonte:** Redações do Enem 2018.

Nesse exemplo, observa-se que as repetições observadas enquadram-se na coesão sequencial parafrástica apresentando várias expressões de mesma estrutura sintática, ou seja, há repetição da estrutura sintática que pode ser indicada pela expressão: *redes sociais*, verificada nas linhas 18, 19, 21/22 e 23/24.

Observa-se que nesse trecho não há uma construção coerente das ideias, e como se constata a partir da leitura da redação do exemplo 3, palavras e períodos justapostos e desconexos também estão presentes, mas não no texto todo, pois em raros momentos há articulação em virtude do uso de coesivos, fato que pode ser comprovado nos anexos dessa pesquisa. Na redação 15 temos:

**Imagem 8:** Redação 15

### REDAÇÃO 15

1	A manipulação de comportamento do usuário pelo controle
2	de dados na Internet, a manipulação de Internet pode causar
3	réis usas no usuário ou até mesmo no Brasil, as
4	para desviar da Internet vai ficando mais manipuladora.
5	

**Fonte:** Redações do Enem 2018.

No entanto, aqui já se observa outro tipo de repetição. Ao contrário do trecho da redação 3, o texto 15 apresenta três vocábulos que se repetem:

- Manipulação (l 1) / manipulação (l 2) / manipuladora (l 4), todos com mesmo radical;
- Usuário (l 1 e 3);
- Internet (l 2 e 4).

Sob essas perspectivas, o primeiro ângulo a se verificar é o fato de a repetição prejudicar a articulação do texto quando as ocorrências do mesmo vocábulo acontecem de maneira muito próxima entre si, ato que se manifesta nas cinco ocorrências da expressão “redes sociais”, no espaço de poucas linhas (da 17 a 24), da redação 3. Nesse caso, se o participante repete o mesmo vocábulo, ele o faz porque desconhece outras formas de produzir coesão.

Outro fator importante a se ponderar, principalmente no que concerne à coesão referencial, é avaliar se as palavras repetidas são eventualmente interpoladas com substituições do tipo hiperônimo, hipônimo, sinonímia, etc. No caso da redação 15, veem-se várias ocorrências de “manipulação/ manipuladora” sem nenhuma retomada referencial apropriada, como “controlar”, “dominar”, “influenciar”, ou “rede”, “web”, “sites” em substituição a internet e “utente”, “utilizador” em oposição a usuário, palavras de mesmo valor semântico que poderiam substituir os termos repetidos.

## 6.5 Gírias

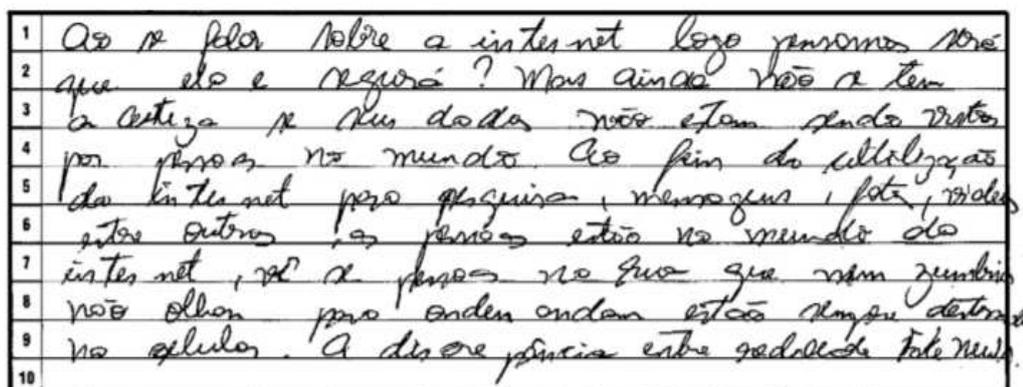
A gíria é considerada uma das variedades que uma língua pode apresentar e estão associadas às formas da língua, empregadas pelas diferentes classes ou grupos sociais. Pelo seu caráter social, viu-se que a mudança linguística pode dar-se em qualquer nível, seja ela, lexical, sintático, morfológico, fonológico, enfim, e que os principais fatores que condicionam essas mudanças, como já discutido anteriormente, são o grau de escolaridade, sexo e gênero, faixa etária e nível socioeconômico, e como bom exemplo dessas mudanças sociais, pode-se citar as gírias.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2014, p.61), “as gírias são itens lexicais informais, efêmeros no tempo e, pelo menos no início, circunscritos a grupos sociais”. Nesse sentido, de acordo com a fala da autora, pode-se concluir que pelo fato de ser efêmero, informal, observa-se que esse tipo de recurso linguístico não pode ser utilizado em produções textuais do tipo exigido no Enem. Logo, esses recursos são considerados desvios de escolha de registro, desvio este corrigido pela competência I.

Embora esses mecanismos linguísticos sejam considerados erros e seu uso seja proibido, ainda assim, pode-se encontrar textos que fazem emprego desses recursos lexicais. O que pode ser observado nos excertos abaixo.

Imagem 9: Redação 6

### REDAÇÃO 6



Fonte: Redações do Enem 2018.

- 1 Ao se falar sobre a internet logo pensamos sobre
- 2 que ela é segura? Mas ainda não se tem
- 3 a certeza se seus dados não estão sendo vistos

4 por pessoas no mundo. Ao fim da utilização  
 5 da internet para pesquisa, mensagens, fotos, vídeos  
 6 entre outros, as pessoas estão no mundo da  
 7 internet, vê se pessoas na rua que nem zumbis  
 8 não olham para onde andam estão sempre distraídas  
 9 no celular. A discrepância entre realidade Fake News.

Aqui, pode-se considerar gíria o emprego lexical encontrado na linha 7 (*que nem zumbis*), pois, o autor desse texto faz uso de expressão que poderia ser substituídas por termos mais formais ou evidenciar sua ideia de maneira que não configurasse ironia. Uma sugestão de alteração para a expressão usada poderia ser:

- [...] *que nem zumbis* [...] → *desatentas, indiferentes, distantes*.

Imagem 10: Redação 21

## REDAÇÃO 21

1	A transformação da internet em Nossa Aliada
2	A internet é uma grande aliada, mas a pergunta que <u>paira no ar</u> é "de
3	quem?", internet essa que faz parte do cotidiano de todos, trazendo in-
4	formação e muitas vezes desinformação. Visto que é comum que acreditem
5	em tudo que está na "rede".

Fonte: Redações do Enem 2018.

1 A transformação da internet em Nossa Aliada  
 2 A internet é uma grande aliada, mas a pergunta que paira no ar é "de  
 3 quem?", internet essa que faz parte do cotidiano de todos, trazendo in-  
 4 formação e muitas vezes desinformação. Visto que é comum que acreditem  
 5 em tudo que está na "rede".

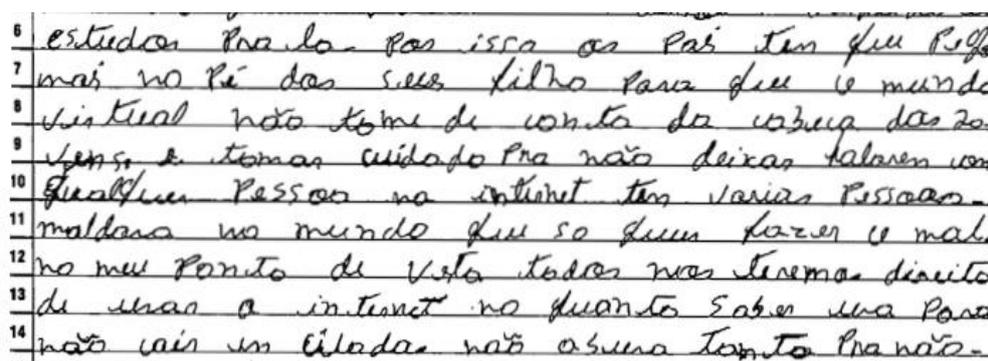
Por sua vez, o trecho da redação 21, traz na linha 2 o uso do recurso lexical: *paira no ar*, outra expressão que poderia ser substituída por formas lexicais mais formais exigidas pela gramática normativa, como por exemplo:

- “[...] mas a pergunta que paira no ar é [...]” → “[...] mas a pergunta que se faz é [...]”  
[...] mas a dúvida atual é? [...] / [...] mas o questionamento que persiste é [...].

Para finalizar a análise dessa categoria, vejamos mais um exemplo do uso de gírias em produções do Enem.

**Imagem 11:** Redação 24

**REDAÇÃO 24**



**Fonte:** Redações do Enem 2018.

6 [...] estudos pra la por isso os pais tem que pega  
7 mais no pé dos seus filho para que o mundo  
8 virtual não tome de conta da cabeça dos jo-  
9 vens e tomar cuidado pra não deixar falarem com  
10 qualquer pessoa na internet tem varias pessoas  
11 maldosa no mundo que so quer fazer o mal.  
12 no meu ponto de vista todos nos teremos direito  
13 de usar a internet no quanto saber usa para  
14 não cair em cilada não abusa tanto pra não [...]

Na redação 24 fica evidente que diversos desvios estudados até aqui são detectados, mas, cabe enfatizar nessa categoria apenas o emprego da gíria, que pode ser identificada na linha 14 (*cair em cilada*). No caso das gírias, por estarem inseridas no contexto da mudança linguística, algumas delas ainda são conhecidas por determinada comunidade, outras desapareceram, outras vão surgindo a cada ano. Nesse aspecto, as gírias ultrapassam as barreiras regionais e sociais e passam a ser

disseminadas nos meios de comunicação, muito comuns hoje em dia, principalmente através das redes sociais que são grandes difusores de neologismo mundialmente.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou reflexões acerca do objeto investigado – marcas de oralidade–, promovendo discussões que vão desde os aspectos gerais das teorias que embasam a temática discutida, até os elementos mais específicos do problema, a análise das redações.

Através desse trabalho, observou-se que fala e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, em que uma pode interferir na outra, elas modificam-se mutuamente no processo de letramento. Porém, pelo fato de muitas vezes não serem bem trabalhadas, a tendência é que uma influencie a outra, isto é, a escrita transforme a fala e a fala influencie a escrita.

Nesse aspecto, a oralidade é uma modalidade usada a todo o momento pelo ser humano, seja ele escolarizado ou não, pois a ação de comunicar-se através da fala configura-se um ato antigo e surgiu antes mesmo da escrita. Por outro lado, a escrita por ser mais complexa, segundo gramáticos e linguistas, não se torna um ato constante entre os homens, pois ao contrário da fala, a escrita é adquirida a partir do processo de escolarização desenvolvida ao longo dos anos, pois, quando um indivíduo chega à escola, ele já domina a língua falada.

Dessa forma, língua falada é espontânea e adaptável, por isso aprendemos a falar antes de aprender a escrever, pois a fala, normalmente, se desenvolve em situações de contato. Já a língua escrita requer uma formalidade maior, assim como a utilização de regras gramaticais, utilizando formas de referência mais precisas.

Sob essa afirmação pode-se notar que a oralidade é uma prática social imprescindível para o convívio humano e que ao lado da escrita sempre será o principal meio de interação entre as pessoas, ou seja, uma não é mais importante que a outra, ambas complementam-se entre si. Logo, diante dessa circunstância, pode-se perceber que, quando uma criança adquire as primeiras habilidades de escrita, ela se utiliza de marcas orais adquiridas do convívio social, que são influenciados por fatores sociolinguísticos internos e externos.

Fatores estes que devem ser minimizados ao longo da vida estudantil a fim de que não interfiram na forma gramaticalmente correta de escrever (gramática normativa), impedindo que esses desvios sejam aplicados em textos escritos cobrados em exames como o Enem, pois, em produções de textos dissertativos-

argumentativos como a do Enem, não se permite o uso de marcas de oralidade ou informalidades comuns à fala humana.

Consoante a isso, pode-se constatar, após as análises das redações, que todos os textos lidos para essa monografia apresentam alguma marca de oralidade de acordo com as categorias determinadas. Embora haja algumas produções que se desenvolvem de forma mais elaborada em relação às demais, ainda assim elas denotam os desvios estudados e discutidos ao longo dessa pesquisa, demonstrando que mesmo diante de uma proposta de produção textual mais rígida, os candidatos expõem marcas de seu cotidiano diante da escrita formal exigida pela norma.

No entanto, enfatiza-se que as marcas de oralidades são recursos da língua oralizada que são utilizadas na língua escrita. Com isso, cabe a escola ensinar o uso da gramática normativa (a gramática utilizada para fim didático) como sendo o regulamento que norteia o uso do falar e escrever bem.

Para tanto, recai sobre o professor, uma enorme responsabilidade, uma vez que ele é o moderador do procedimento de ensino/ aprendizagem em sala de aula. Para o professor da língua portuguesa, fica então, todo comprometimento em trabalhar com as linguagens, suas respectivas codificações e suas tecnologias como zona conciliadora da comunicação, expressão oral e escrita no desenvolvimento de seus alunos.

Sabendo-se disso, concluiu-se que as principais marcas de oralidade encontradas situam-se no campo das inadequações morfossintáticas e fonético-fonológicos, diante da identificação de diversos erros que se configuram como desvios de convenção de escrita, gramatical e de escolha de registro, notou-se que vinte e oito textos analisados continham alguns desses erros, fossem por falha ortográfica, acentuação, separação silábica, pontuação, concordância, entre outros.

Apenas nas redações dezoito e vinte e cinco, isto é, em somente dois textos não se percebeu qualquer desvio dessa categoria, demonstrando que do total do *corpus* investigado, apenas dois candidatos dominam a escrita formal da língua portuguesa imposta pelo exame.

A outra marca mais identificada na investigação do texto enquadra-se no campo da subjetividade; quando há clara percepção da inserção do escritor no texto, por meio do uso de pessoas do discurso, principalmente com a utilização da desinência verbal –*mos* empregada na primeira pessoa do plural, como: *desejamos*, *sabemos*, *tivermos*, *podemos*, *conectamos*, *devemos*, etc. Mas, também na primeira

pessoa do singular, como em: *eu* posso, *vi* a porcentagem. Essa marca foi constatada em dezenove produções textuais, ou seja, elas apresentavam alguns desvios dessa natureza, cabendo há apenas onze demonstrar domínio nessa categoria.

Por fim, diante dessas constatações, fica evidente que os textos analisados como fonte de exploração apresentam em sua maioria marcas de oralidade desenvolvidas ao longo dos anos através do convívio social. Mesmo diante um teste nos moldes do Enem, e diante da exigência escrita formal, houve a presença de diversos desvios categorizados para essa pesquisa nas redações, evidenciando que os estudantes (escritores dessas trinta redações) desconhecem como usar a gramática normativa para o pleno domínio da norma culta da língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira et al. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: parábola Editora, 2007.

ARAÚJO, Henrique Pompílio de. **O drama da vida e outras reportagens**. 2010. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?>>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. ver., ampl. e atual. Conforme novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2018: cartilha do participante**. Brasília: Out. de 2018. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2018/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf)>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2019: cartilha do participante**. Brasília, 2019. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2019/redacao\\_enem2019\\_cartilha\\_participante.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf)>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação. INEP. **Manual do Avaliador 2019. Competência I: módulo III**. Exame Nacional do Ensino Médio. Brasília, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação. INEP. **Manual do Avaliador 2019. Competência IV: módulo VI**. Exame Nacional do Ensino Médio. Brasília, 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em 02 de set. de 2019.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editora, 2002.

CANDIDO, A. **Direito à literatura**. São Paulo: Duas cidades, 2011.

CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**. 2 ed. Rio de Janeiro, 1976.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação básica: os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2011

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1 ed. 4ª reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

COELHO, Izete Lehmkuhl [et al]. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sintaxe para a educação básica**. 1 ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

FIORIN, José Luís (org. et al). **Introdução à linguística: Objetos teóricos**. 5 ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. 20 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2 ed. 5ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

MAIA, Josiane. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2010.

MARCUSCHI, Luís Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de textualização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

MARTELLOTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística**. 2 ed. 5ª reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

MATÊNCIO, M. **Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento**. Campinas: Mercado de Letras; Autores Associados, 2009.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOLLICA, Maria Cecília. BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4 ed., 4ª reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

MOLLICA, Maria Cecilia; JUNIOR, Celso Ferrarezi (orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editora, 2010.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de semântica**. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

TERRA, Ernani. **Da leitura literária à produção de texto**. São Paulo: contexto, 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VYGOTSKY, L.S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.